



Relatório Anual de Informações

2020

Planos de benefícios da



APRESENTAÇÃO

O Relatório Anual de Informações (resumido) de cada plano administrado atende às exigências da boa governança corporativa, da transparência e da legislação estabelecidas na Resolução CNPC nº 34/2019. O Relatório completo encontra-se disponível no portal da Ceres, no endereço www.ceres.org.br.

O objetivo do documento é apresentar aos patrocinadores, participantes e assistidos de cada plano patrocinado as principais realizações, as demonstrações patrimoniais, a política e o demonstrativo de investimentos, os respectivos resultados, as demonstrações contábeis, acompanhadas dos pareceres atuariais, dos auditores independentes e dos Conselhos Fiscal e Deliberativo. Espera-se, dessa forma, racionalizar a divulgação das informações fundamentadas na legislação em vigor com foco nos resultados de maior impacto nos planos de benefícios.

Os números apresentados neste Relatório de Atividades 2020 mostram aos participantes em fase contributiva que seus benefícios estão assegurados e aos assistidos a tranquilidade de que continuarão a ter, todos os meses, as suas suplementações efetuadas.

Além disso, ratificam às empresas patrocinadoras, que a decisão de instituírem planos de previdência complementar e confiarem sua gestão à Ceres foi uma ótima estratégia de valorização e preservação do capital humano.

SUMÁRIO

COMPOSIÇÃO DA CERES EM 2020.....	1
MENSAGEM DA DIRETORIA.....	Erro! Indicador não definido.
MENSAGEM DO CONSELHO DELIBERATIVO	Erro! Indicador não definido.
MENSAGEM DO CONSELHO FISCAL	Erro! Indicador não definido.
DESTAQUES DO ANO.....	Erro! Indicador não definido.
CONTEXTO ORGANIZACIONAL	Erro! Indicador não definido.
PLANOS DE BENEFÍCIOS.....	14
POLÍTICA DE PREVIDÊNCIA	15
ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL PELOS PLANOS DE BENEFÍCIOS (ARPB)..	15
GESTÃO DO PASSIVO EM 2020	15
AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2020.....	16
ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO (AETQ).....	19
GESTÃO DOS INVESTIMENTOS.....	19
SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	19
METAS E ÍNDICES.....	19
GESTÃO DOS RISCOS.....	19
RESULTADOS POR PLANO E PRINCIPAIS NÚMEROS.....	21
PLANO CERES BÁSICO	21
PLANO CERES FLEXCERES.....	24
SITUAÇÃO DE ADIMPLÊNCIA DO PATROCINADOR CERES.....	26
INVESTIMENTOS DOS PLANOS.....	27
ALOCAÇÃO DOS INVESTIMENTOS POR SEGMENTO	27
PLANO CERES BÁSICO.....	27
PLANO CERES FLEXCERES	28
RESULTADOS EM 2020.....	28
RENDA FIXA.....	29
RENDA VARIÁVEL	29
ESTRUTURADOS.....	30
IMOBILIÁRIO	31
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	32
RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS POR PLANO	34
COTA PATRIMONIAL DO PLANO CERES FLEXCERES	35
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	36
DESPESAS ADMINISTRATIVAS (PGA).....	36
ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS	39

ANEXO 2 - RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS.....	40
ANEXO 3 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	46
ANEXO 4 – PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	54
ANEXO 5 - PARECER DO CONSELHO FISCAL	57
ANEXO 6 - MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO COM APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	59
ANEXO 7 - PARECERES ATUARIAIS	60

COMPOSIÇÃO DA CERES EM 2020

Patrocinadores



Instituidores



Conselho Deliberativo

Gerson Soares Alves Barreto (Presidente)

Raimundo Braga Sobrinho

Maria do Socorro Barbosa Guedes

Raimundo Alves de Araújo

José Mauro Gonçalves Dias

Úrsula Maria Ludwig Moraes

Conselho Fiscal

Sebastião Cardoso Barbosa (Presidente)

Emídio Casagrande

José Eden de Medeiros

Arádia Luiza dos Santos Costa

Diretoria Executiva

José Roberto Rodrigues Peres (Diretor Superintendente)

José João Reis (Diretor de Investimentos)

Washington Luiz de Carvalho e Silva (Diretor de Seguridade)

MENSAGEM DA DIRETORIA

O ano de 2020 mostrou ser um dos mais desafiadores da nossa história recente. Tivemos que lidar com a recessão da economia onde todos os setores sofreram impactos gerados pela pandemia da Covid 19. Sem dúvida, 2020 ficará marcado na memória de todos e na Fundação Ceres não será diferente. Em meio a tantos desafios, a Ceres saiu à frente. Conseguiu identificar oportunidades e implementar soluções precisas para potencializar seus negócios, com foco em atender as necessidades dos seus clientes. Para a Ceres, 2020 representou ressignificação, transformação e crescimento.

Ao longo do ano de 2020, além do amadurecimento de processos já conhecidos e iniciados nos anos anteriores, avançamos significativamente na melhoria do nosso ambiente produtivo. Uma das principais iniciativas foi a decisão da Ceres em investir em inovação, criando o Projeto Ceres Digital que permitiu, nesse momento de pandemia a migração para o trabalho em home office em apenas 24 horas, sem descontinuidade dos processos operacionais e mantendo a prestação de serviço com qualidade para nossos participantes e assistidos.

Entre as melhorias no ambiente produtivo implementadas durante o ano de 2020, destacamos o Power BI, que possibilitou a disponibilização dos relatórios gerenciais de forma mais eficiente, permitindo o acompanhamento minucioso da situação dos planos, o atendimento tempestivo às demandas do Conselho Fiscal com mais segurança na apresentação dos dados. Implantamos um novo sistema de relacionamento com o participante por meio de uma plataforma de CRM (Customer Relationship Management), que aumentará significativamente a eficiência no atendimento ao cliente.

Tivemos um grande avanço na implantação da gestão por processos. Finalizamos o ano com mais de sete processos automatizados dentro da ferramenta de gestão documental (SeSuite), monitorando o estado de cada atividade e eliminando o tráfego de papel dentro da instituição. O próximo passo é concluir a implantação dos arquivos digitais na Ceres.

Durante os meses em trabalho remoto, foram realizados mais de 1.200 encontros virtuais dos quais em torno de 800 foram realizados pela Diretoria Executiva da Ceres com as equipes, grupos de trabalho, órgãos de controle e parceiros. Esses encontros possibilitaram visitar e aprimorar diversos aspectos operacionais e de sistema. As reuniões virtuais estimularam a criação de projetos temáticos estruturantes e Grupos de Trabalho por meio dos quais implementamos melhorias na governança e na gestão da Ceres.

Apesar da instabilidade no mercado de capitais, conseguimos entregar um excelente resultado. Atingimos o patrimônio de R\$9,1 bilhões e encerramos o ano com quase 20 mil associados, sendo mais de 11,6 mil participantes e cerca de 8 mil assistidos. A Ceres conseguiu não apenas recuperar todas as perdas resultantes dos meses em que a rentabilidade foi impactada pela crise, mas obter um crescimento de R\$700 milhões. Este resultado certamente é fruto da revisão e melhorias nos nossos processos.

Em 2021, a Ceres completará 42 anos e, sem dúvida, estamos prontos para novos desafios e empolgados com um ano cheio de oportunidades. Continuaremos com o processo evolutivo que tem como pilar fundamental, cada vez mais, melhorar o atendimento a vocês participantes e assistidos, que são a razão da existência da Fundação.

MENSAGEM DO CONSELHO DELIBERATIVO

O exercício de 2020 foi atípico e marcado não só pela pandemia da Covid-19, mas por desafios que exigiram resiliência. Foi um ano intenso, de muito trabalho e enfrentamento de importantes obstáculos financeiros e sanitários impostos pela pandemia. Entretanto, a crise trouxe oportunidades de melhoria nos nossos processos de atuação.

Em 2020, o Conselho Deliberativo se reuniu 11(onze) vezes. Para preservar a saúde de todos os membros do colegiado, as reuniões foram realizadas de forma virtual e, ainda assim, mantiveram-se a qualidade das discussões e decisões. Durante o ano, o Conselho avaliou e aprovou importantes pautas, que são essenciais para o bom andamento dos processos da Ceres, dentre elas: Política de Investimentos; Plano de Trabalho; Relatório Anual de Informações; Avaliação Atuarial; Planos de Custeio; Demonstrações Contábeis do Balanço Patrimonial e o Regimento Eleitoral para eleição das patrocinadoras Emater-MG e Epamig.

Nosso trabalho ao longo de 2020 foi baseado nos pilares governança, eficiência e transparência. Todas as ações tiveram como foco assegurar aos beneficiários e participantes proteção previdenciária presente e futura.

Demos importantes passos para aumentar a transparência, a fim de proteger o patrimônio dos participantes e manter a Ceres cada vez mais forte e competitiva no mercado das Entidades de Previdência Complementar.

Com um cenário econômico desfavorável e desafiador, conseguimos alcançar várias conquistas em relação aos resultados financeiros e em importantes questões da Fundação. Um dos destaques foi o alcance da marca do patrimônio de R\$9 bilhões, resultado que expressa de forma clara o empenho e eficiência da Ceres na gestão dos investimentos.

Mesmo com um cenário desafiador como este, se confirmou a importância de qualidades como a capacidade da Ceres de lidar com as situações adversas e agilidade de adaptação para reagir com segurança. Destacamos que, nos momentos de crise, as decisões precisam ser tomadas de maneira ágil, efetuando os ajustes necessários, mas sempre preservando o mesmo padrão de qualidade e eficácia.

Encerramos 2020 com avanços significativos que serão alicerces para a Fundação Ceres se tornar cada vez mais competitiva, eficiente e sólida. Neste momento de transformação em que vivemos, reafirmamos aqui nosso compromisso com a contínua entrega de resultados e soluções, o que gerará ainda mais segurança e transparência para os nossos mais de 20 mil associados. Estamos prontos para os novos desafios e oportunidades que o ano de 2021 irá trazer.

MENSAGEM DO CONSELHO FISCAL

Em um ano marcado por vários desafios impostos pela crise instaurada pela pandemia da Covid19, 2020 ficará marcado como um período de superação. Apesar dos obstáculos, esse Colegiado trabalhou intensamente para cumprir a sua missão de monitorar a gestão econômico-financeira da Fundação. Fomos além, superamos os desafios e melhoramos os nossos processos de atuação.

Respeitando as mudanças impostas pela pandemia, passamos a nos reunir virtualmente e assim seguimos com o trabalho sem comprometer a qualidade das análises feitas pelo colegiado. Entre outras atividades, este Conselho elaborou relatórios que atestaram a suficiência e a qualidade dos controles internos referentes à gestão dos ativos e passivos e à execução orçamentária dos planos de benefícios administrados pela Fundação.

O monitoramento realizado mensalmente por este Conselho, cujas informações podem ser acompanhadas neste Relatório, demonstra que a Ceres caminha conforme o seu propósito de honrar seu compromisso previdenciário e garantir o futuro dos nossos clientes que depositaram nas nossas mãos o sonho de uma aposentadoria tranquila e sem imprevistos.

Encerramos o exercício de 2020 com a certeza da nossa missão cumprida e a consciência de honrar a confiança depositada pelos patrocinadores, participantes e assistidos neste Colegiado.

DESTAQUES DO ANO

2020, O ANO DA TRANSFORMAÇÃO

Devido aos desafios, o ano de 2020 certamente ficará marcado na memória de todos nós. Apesar de todos os percalços e perdas que os acontecimentos trouxeram, 2020 foi um ano de evolução e crescimento para a Ceres.

CERES DIGITAL: MAIS SEGURANÇA, AGILIDADE E AUTONOMIA

A Transformação Digital está acontecendo em todas as empresas e, no segmento de Previdência Complementar, não é diferente. A Ceres e outras Fundações estão diante da necessidade de reinventar seus processos para torná-los mais digitalizados. O Projeto Ceres Digital nasceu em 2019, com o objetivo de promover a modernização do ambiente produtivo da Ceres, aumentar a eficiência na execução dos processos com consequente impacto na qualidade dos produtos e serviços da Fundação. Os maiores beneficiados serão os participantes e assistidos, que terão seus planos geridos com mais eficiência e transparência e acesso a informações e serviços de forma mais ágil, com melhor qualidade e maior autonomia.

Infraestrutura - Após a avaliação da infraestrutura de Tecnologia da Ceres, a Fundação vem implementando melhorias voltadas para a transformação digital e constante aprimoramento da segurança da informação. A rede está com 99,8% de disponibilidade, mesmo em casos graves como queda de energia, ação terrorista, desastre ambiental, entre outros, e a operação dos serviços está preparada para um volume maior de acessos, caso seja necessário.

Gestão Documental - A modernização da gestão documental permite que todos os processos de prestação de serviços aos participantes e assistidos (atendimento, solicitação de benefícios, concessão de empréstimos, atualização cadastral, entre outros) aconteçam de forma digital. A proposta é de que, num futuro próximo, todos esses processos possam ser solicitados e acompanhados online pelo participante. A primeira etapa já foi concluída, com a implementação do empréstimo online.

Prestação de Contas - Transparência é um dos pontos centrais do Ceres Digital. Por meio do aplicativo Power BI as informações da Fundação estarão disponibilizadas na internet em um painel de dados e será possível monitorar melhor a situação dos planos. O Power BI é um sistema inteligente que consolida os dados dos sistemas operacionais em painéis que mostram valores e indicadores dos objetivos de forma visual, facilitando a compreensão das informações. Trata-se de uma espécie de “Portal da Transparência” que permitirá à Ceres prestar contas sobre os planos de forma mais clara e acessível, por meio de recursos didáticos, como infográficos, tabelas e lâminas informativas. Encerramos o ano de 2020 com 10 painéis implementados no Power BI.

Foco no cliente - O objetivo fim do Projeto Ceres Digital é a melhoria do relacionamento da Ceres com seus clientes internos e externos. Além de tudo o que está em andamento, nosso site também será modernizado, com foco na melhoria das funcionalidades da área restrita e estuda-se a implementação de inteligência artificial, com a adoção de chatbots para automatizar alguns atendimentos. As facilidades que estão sendo implementadas permitirão que os participantes e assistidos passem a ter mais autonomia para utilizar os serviços e buscar as informações que necessita.

Home Office: estamos colhendo os frutos da transformação digital

A Ceres, preocupada em contribuir com o controle da epidemia de Coronavírus e em proteger seus empregados, participantes e assistidos, adotou medidas internas de prevenção. Desde o dia 18 de março, os colaboradores passaram a trabalhar em regime de home office. Todas as atividades foram migradas para execução remota em apenas 24 horas, sem descontinuidade dos processos operacionais, mantendo a prestação de serviço com qualidade para nossos participantes, assistidos e fornecedores.

Isso foi possível devido à decisão da Diretoria Executiva da Entidade de investir fortemente em tecnologia e inovação, por meio do Projeto Ceres Digital, iniciado na Ceres em dezembro/2018.

Segundo a Diretoria Executiva da Entidade, o projeto Ceres Digital tem permitido melhorar e modernizar significativamente o ambiente produtivo da Ceres. Todos os processos estão sendo digitalizados; foram adquiridos novos servidores em nuvem; novos aplicativos e sistemas que tem aumentado a qualidade e eficiência do trabalho dos nossos analistas.

ALTERAÇÃO REGULAMENTAR – PLANO FAMÍLIA CERES

Em 2020, foi aprovada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) a alteração no regulamento do Plano de Benefícios Família Ceres, aprovado pela Portaria Previc nº 780, de 09/11/2020, publicada no DOU de 11/11/2020.

Foi alterado o §1º do artigo 14 do regulamento, sendo retirado o valor da contribuição mínima, deixando aberta ao participante a faculdade escolher o valor de sua contribuição e de alterá-la a qualquer tempo.

Foram alterados, ainda, os limites mínimos e máximos do capital segurado a ser escolhido pelo participante e pelo participante assistido, por meio de seguradora contratada pelo plano, por intermédio da Ceres, abrindo a estes a possibilidade de escolher o valor do capital a ser segurado dentre os valores estabelecidos na apólice do seguro a ser contratado, conforme proposta de redação do artigo 48 do regulamento do plano

As alterações proporcionam uma estrutura melhor no pagamento dos benefícios de risco e do pecúlio, especificamente, quando da contratação de seguro para o plano.

As alterações não trazem impacto quanto à elegibilidade aos benefícios, nem mesmo quanto à forma de cálculo das contribuições, custeio ou custos aos participantes, assistidos e patrocinadora, uma vez que a adesão ao seguro no plano de contribuição definida será facultativa ao participante e ao participante assistido.

CONTEXTO ORGANIZACIONAL

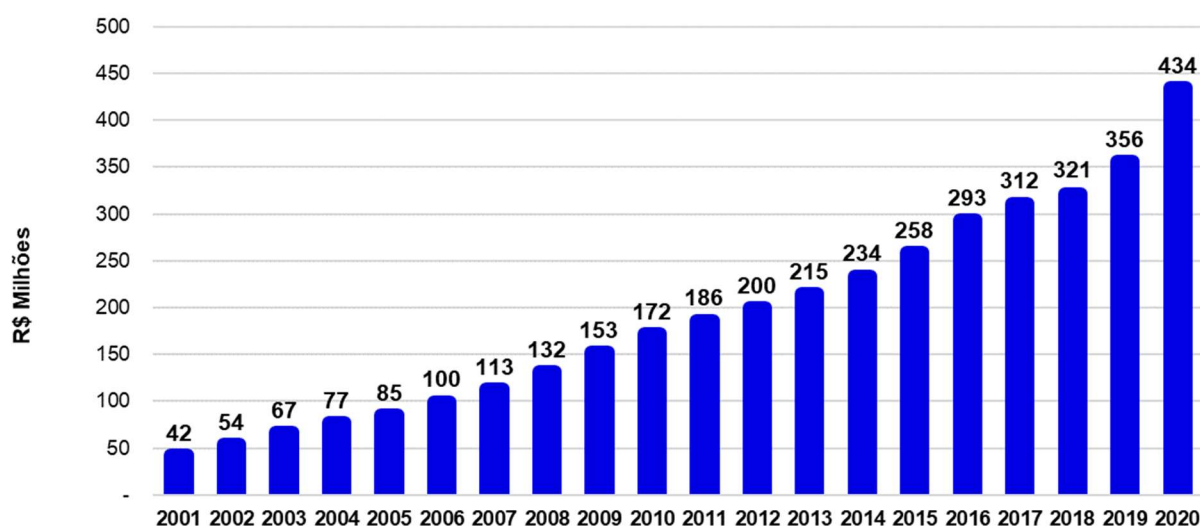
A Ceres - Fundação de Seguridade Social é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), sem fins lucrativos, multipatrocinada e gestora de múltiplos planos previdenciários, com sede e foro na cidade de Brasília, Distrito Federal.

É constituída sob a forma de Fundação e tem por objetivo a gestão de planos de benefícios de caráter previdenciário aos empregados de oito patrocinadores englobando aproximadamente 20 mil participantes e assistidos.

Segue princípios e práticas da boa governança corporativa, controles internos e políticas específicas, buscando assegurar proteção previdenciária aos participantes e suas famílias, com qualidade, ética e transparência. Os membros dos órgãos estatutários e os funcionários são profissionais capacitados, experientes e dedicados, que praticam e prezam atributos calcados no profissionalismo, espírito de equipe, empreendedorismo e comprometimento. As práticas de governança fundamentam-se nos princípios da transparência, equidade, prestação de contas, cumprimento das leis e ética.

Em 2020, quando a Ceres completou 41 anos, os planos administrados pela Fundação contavam com 19.253 associados, sendo 11.593 (60%) participantes e 7.660 assistidos (40%). Todos os benefícios previstos em todos os planos de previdência foram honrados, com pagamento de aposentadorias complementares no valor de R\$ 434 milhões. Nos últimos 20 anos (Gráfico 1), a Fundação Ceres já pagou aproximadamente R\$ 3,8 bilhões em benefícios.

Gráfico 1: Evolução do montante pago em benefícios (2001 - 2020)



Atualmente, são administrados pela entidade 18 (dezoito) planos de benefícios, a saber:

Quadro 1: Plano de benefícios administrados em 2020.

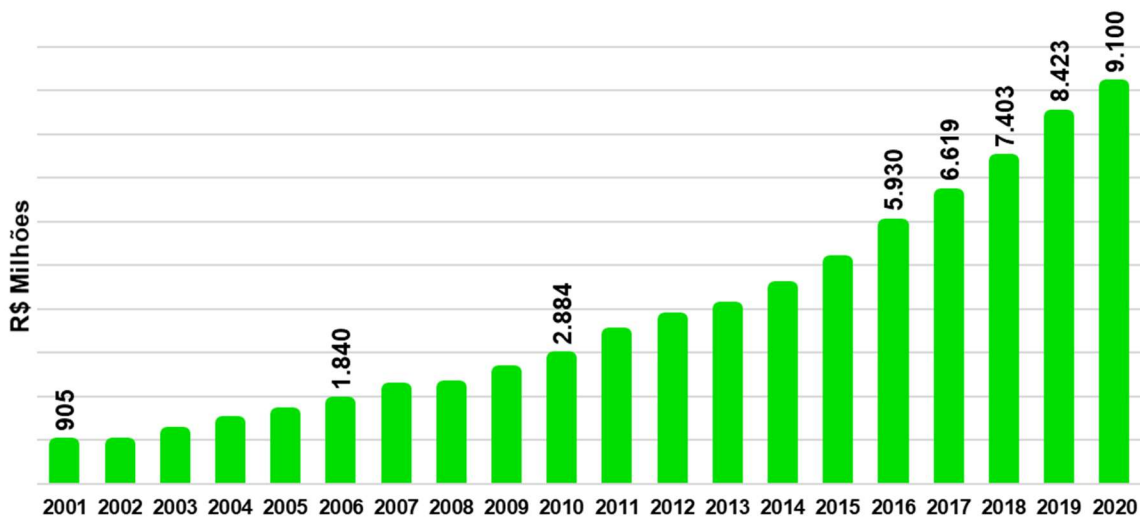
Plano	CNPB	Data Início	Modalidade
Embrapa Básico	1979.0004-92	ago-79	BD
Embrapa-FlexCeres	2007.0007-92	mai-07	CV
Embrater Básico	1979.0005-65	ago-79	BD
Ceres Básico	2007.0010-47	out-79	BD
Ceres-FlexCeres	2007.0008-65	dez-05	CV
Epagri Básico	1981.0001-19	jan-81	BD
Epagri-Flexceres	2005.0023-56	jul-05	CV
Epagri Saldado	2005.0022-83	jul-05	BD
Emater Básico	1982.0001-47	fev-82	BD
Emater-FlexCeres	2007.0026-47	nov-07	CV
Emater Saldado	2007.0025-74	nov-07	BD
Epamig Básico	1982.0008-56	mar-82	BD
Epamig-FlexCeres	2007.0033-92	jan-08	CV
Epamig Saldado	2007.0031-47	jan-08	BD
Cidasc FlexCeres	2009.0011-92	jan-10	CV
ABDI-FlexCeres	2013.0009-11	ago-13	CD
EmaterDF-FlexCeres	2014.0008-83	set-14	CV
Família Ceres	2018.0003-65	jun-18	CD

Legenda: **BD** - Benefício Definido; **CV** - Contribuição Variável; **CD** - Contribuição Definida.

PATRIMÔNIO TOTAL

De 2000 até dezembro de 2020, o patrimônio (ativo total¹) administrado pela Ceres cresceu mais de 900%, passando de R\$ 905 milhões para R\$ 9,1 bilhões (Gráfico 2). Em 2020, a Fundação ocupava a 17ª posição no ranking dos maiores fundos de pensão do país, segundo a ABRAPP - Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Gráfico 2: Evolução do valor dos ativos dos planos administrados pela Ceres (2001 - 2020)



¹ O Ativo total representa o conjunto de bens e direitos do plano, ou seja, é o montante financeiro de que o plano dispõe para pagar seus compromissos. Compreende especialmente os recursos investidos.

PATRIMÔNIO DE COBERTURA E OS COMPROMISSOS

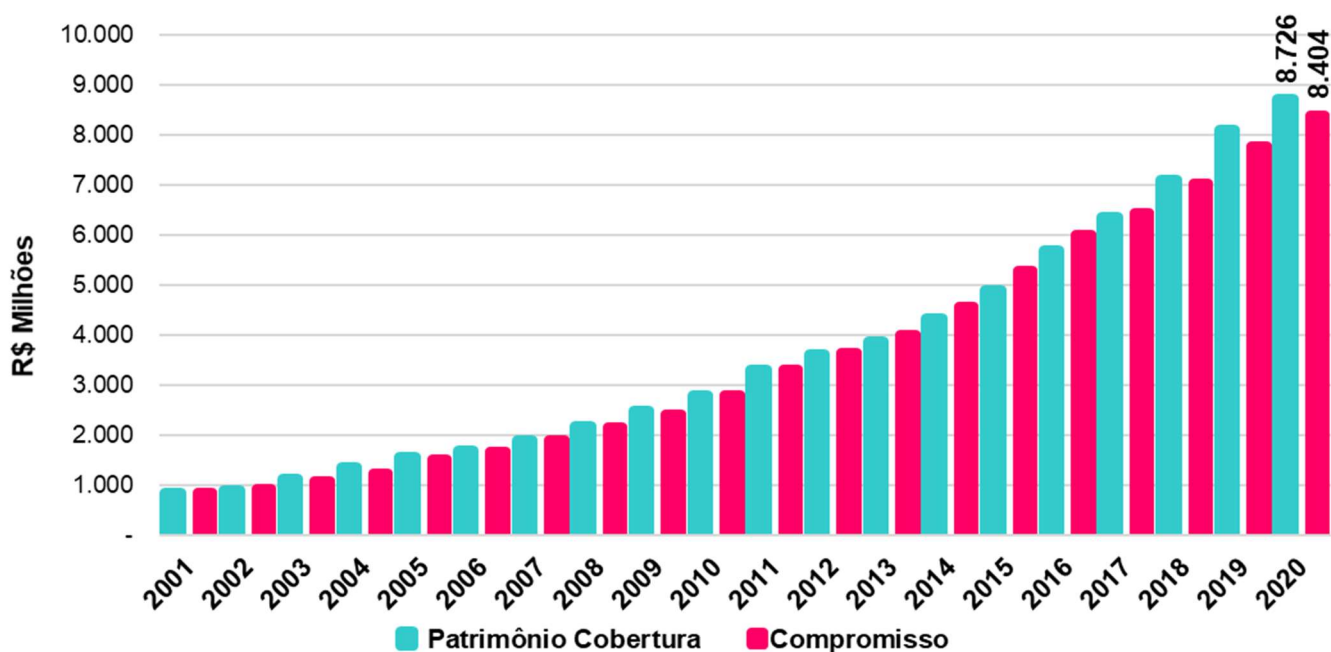
O Gráfico 3, a seguir, apresenta a evolução histórica do patrimônio de cobertura comparada ao crescimento do compromisso nos últimos vinte anos, ou seja, de 1999 a 2019.

O patrimônio de cobertura é o conjunto dos recursos destinados à cobertura dos compromissos do plano, isto é, para fazer face ao pagamento dos benefícios concedidos e a conceder.

Os compromissos correspondem ao montante atual necessário para honrar o pagamento dos benefícios contratados pelos participantes e assistidos.

Ao confrontar, de forma consolidada, o patrimônio de cobertura dos planos e os respectivos compromissos, tem-se que o resultado foi superavitário em R\$ 322 milhões.

Gráfico 3: Evolução do valor do patrimônio de cobertura X os compromissos (2001 - 2020)



PLANOS DE BENEFÍCIOS

Um plano de benefícios é um conjunto de direitos e obrigações reunidos em um regulamento com o objetivo de pagar benefícios previdenciais, mediante a formação de poupança advinda das contribuições dos patrocinadores e participantes e da rentabilidade dos investimentos feitos. Possui independência patrimonial, contábil e financeira.

A Ceres é patrocinadora de dois planos com características distintas: um de Benefício Definido (BD) - o Ceres Básico e um de Contribuição Variável (CV) - o Ceres FlexCeres (Quadro 2).

Quadro 2: Principais características dos planos Ceres Básico e Ceres-FlexCeres.

Plano Ceres Básico	Plano Ceres-FlexCeres
Mesmo elenco de beneficiários	Mesmo elenco de beneficiários
Benefícios programados e de risco	Benefícios programados e de risco
Contribuições patronais - taxa de 21,266% sobre a folha dos salários de participação dos participantes	Contribuição patronal - limite de 8% dos salários de participação dos participantes
Plano de aposentadoria mutualista	Plano de aposentadoria individual
Benefício pré-definido (benefício concedido e benefício saldado a conceder corrigidos pelo INPC)	Meta de Benefício (depende do valor acumulado)
Não permite aumento do benefício, tanto concedido, quanto a conceder	Permite aumento do benefício mediante contribuições/aportes extraordinários, inclusive portabilidade.
Benefício de risco pré-definido e corrigido pelo INPC	Benefício de risco baseado na meta do benefício programado (Seguro externo)
Benefício a partir de 15 anos de vinculação ao plano (inscrição a partir de 1995)	Benefício a partir de 5 anos de vinculação ao plano
Aposentadoria Programada antecipada a partir dos 44 anos de idade, desde que comprovada a rescisão do contrato de trabalho e aposentadoria pelo INSS.	Aposentadoria Programada antecipada após 5 anos de inscrição e rescisão do contrato de trabalho
Aposentadoria Programada e Risco: mediante rescisão contratual e Comprovação do INSS	Aposentadoria Programada = Rescisão contratual; Aposentadoria Risco = Rescisão de contrato + Comprovação aposentadoria INSS
Reajuste do benefício: INPC	Reajuste benefício: INPC.

Mais informações estão disponíveis no site da Ceres, no endereço www.ceres.org.br

POLÍTICA DE PREVIDÊNCIA

A Política de Previdência, estabelece os princípios e diretrizes da gestão da seguridade e é referência para as ações e projetos a serem estabelecidos no período de 2020 a 2023.

Tem como objetivo geral orientar a formulação de estratégias para a melhor gestão dos planos de benefícios administrados pela Ceres, resguardando essencialmente aos participantes e assistidos dos planos, e aos seus beneficiários, a proteção previdenciária para os participantes ao se desvincularem da empresa patrocinadora ou se afastarem para tratamento da saúde, acidente, invalidez, reclusão ou morte, por meio das coberturas de auxílios, aposentadorias e pensão, sob a forma de pecúlio e rendas vitalícias, temporárias ou pagamento único.

A este objetivo geral subordinam-se os seguintes objetivos específicos:

I. Assegurar a execução do contrato previdenciário na forma prevista nos regulamentos dos planos, de modo a preservar o direito dos participantes e assistidos, considerando os princípios de segurança, solvência, liquidez e transparência;

II. Adotar boas práticas de governança corporativa com recomendações objetivas, garantindo a independência do processo de previdência por meio de decisões compartilhadas entre Grupo de Análise Preliminar de Seguridade (GAPS), Comitê de Seguridade (CS), Diretoria Executiva e Conselhos Deliberativo e Fiscal;

III. Orientar as partes envolvidas na gestão de previdência, Ceres, Patrocinadores, Instituidores e Representantes dos planos, quanto às diretrizes da gestão previdencial necessárias para a condução dos trabalhos;

IV. Aprimorar o relacionamento entre Patrocinadores, instituidores, Participantes, Assistidos, Empregados, Órgãos Estatutários e Órgãos Externos;

V. Garantir a assertividade nas informações, apresentações e demonstrações da Ceres na gestão dos planos de benefícios, aos clientes internos e externos, mediante a utilização de recursos e sistemas de tecnologia digital.

ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL PELOS PLANOS DE BENEFÍCIOS (ARPB)

O Administrador Responsável pelos Planos de Benefícios - ARPB, profissional qualificado e responsável pela adoção e aplicação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras aos planos e benefícios administrados pela Ceres, é o Diretor de Seguridade, Engenheiro Agrônomo Washington Luiz de Carvalho e Silva, habilitado pela Previc para o exercício da função de Diretor de Seguridade e ARPB.

GESTÃO DO PASSIVO EM 2020

A gestão do passivo atuarial tem como princípios a obediência às normas, a garantia do equilíbrio e solvência dos planos, o contínuo aprimoramento das metodologias adotadas e a supervisão do risco.

Uma ferramenta básica para a gestão do passivo dos planos é a avaliação atuarial, um estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano de previdência. Essa avaliação está alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência

de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial.

Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade do grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2020

A avaliação atuarial se baseia em premissas para projetar os benefícios futuros dos atuais participantes e o custeio para financiar esses compromissos. Elas se dividem em econômico-financeiras, biométricas e demográficas.

As principais premissas utilizadas são:

Tábua de Mortalidade Geral: é uma hipótese utilizada para estimar a expectativa de vida dos participantes e assistidos, exceto aposentados por invalidez, com reflexo na estimativa do tempo de pagamento dos benefícios e, por consequência, no valor do compromisso dos benefícios de aposentadoria programada e das pensões. Quanto maior a expectativa de vida, maior será o custo do plano. Foi aprovada a tábua mais aderente à situação de cada plano.

Tábua de Mortalidade de Inválidos: é utilizada para estimar a expectativa de vida dos aposentados por invalidez, com reflexo na estimativa do tempo de pagamento da aposentadoria por invalidez e, por consequência, no valor do compromisso destes benefícios. Quanto maior a expectativa de vida maior será o custo do plano.

Tábua de Entrada em Invalidez: é utilizada para estimar a probabilidade de novas concessões de aposentadoria por invalidez e impacta no custo da aposentadoria por invalidez. Quanto maior a probabilidade de ocorrência de invalidez, maior será o custo do plano.

Fator de Capacidade de Salários e Benefícios: é uma hipótese utilizada para estimar o nível real dos compromissos dos planos, uma vez que os salários e benefícios ao longo do tempo são reajustados uma vez ao ano, mas a inflação ocorre mensalmente.

Taxa de Crescimento Real de Salários: é utilizada para projetar o salário do participante para a data de aposentadoria e estimar o valor da aposentadoria programada. Quanto maior a taxa de crescimento real, maior o valor do benefício projetado e, consequentemente, maior o custo do plano. Isso acontece somente para salários dos participantes que estão abaixo do teto do salário de participação.

Taxa Real de Juros: é utilizada como taxa de desconto para trazer ao valor de hoje, os compromissos dos planos de benefícios com seus participantes e assistidos.

Na avaliação atuarial de 2020, foram consideradas as normas estatutárias e regulamentares que regem o plano e a legislação previdenciária aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPCs em vigor na data-base desta avaliação.

O Conselho Deliberativo aprovou, em dezembro de 2020, a atualização das hipóteses utilizadas nos cálculos atuariais dos planos de benefícios administrados pela Ceres. A decisão do Conselho teve por base o estudo de aderência das hipóteses atuariais,

elaborado pelo atuário responsável pelos planos de benefícios e pela Gerência de Estatística e Atuária, com o objetivo compatibilizar as hipóteses às características da massa de participantes de cada plano de benefícios

As premissas aprovadas pelo Conselho Deliberativo em 2020 estão apresentadas no Quadro 3.

Quadro 3: Premissas Atuariais.

Premissa Atuarial	Plano	
	Ceres Básico	Ceres FlexCeres
Tábua de Mortalidade Geral	BR-EMSsb-v.2010 Male & Female	
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI-85 M&F	
Tábua de Entrada de Invalidez	TASA 1927	
Taxa Real de Juros	5,63%	5,78%

Os resultados da avaliação atuarial dos planos estão apresentados no Parecer Atuarial, que está disponível no Anexo 7. Esse documento tem por objetivo informar sobre a qualidade da base cadastral, as premissas atuariais, o custo e o plano de custeio do plano de benefícios.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A Política de Investimentos em vigor na Fundação Ceres tem como base a Resolução nº 4.661/2020, do Conselho Monetário Nacional- CMN e suas alterações. É elaborada anualmente pela Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho Deliberativo antes do início do exercício a que se referir. Depois de aprovada, deve ser encaminhada à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc.

Na formulação da Política de Investimentos são considerados os critérios e preceitos do Manual de Governança Corporativa e Código de Ética da Ceres, dos Códigos da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada - Abrapp e da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – Anbima, além de princípios e critérios de investimentos socialmente responsáveis.

A Política de Investimentos é orientada pelo passivo atuarial. Na aplicação e gestão dos recursos são consideradas a modalidade do plano de benefícios, suas especificidades e as características de suas obrigações. São adotadas regras, procedimentos e mecanismos de controles internos e de avaliação de riscos, observados o porte, a complexidade, a modalidade e a forma de gestão de cada um dos planos de benefícios, com vistas a garantir o permanente equilíbrio econômico-financeiro entre o ativo e o passivo atuarial de cada plano. É feito o acompanhamento contínuo e sistemático, gerenciando o risco e o retorno esperado dos investimentos nos diferentes segmentos de aplicação, com uso de modelos e estratégias que visam reduzir riscos e maximizar a rentabilidade.

As diretrizes de investimentos foram estabelecidas com base em estudos de cenários macroeconômicos futuros e uso de ferramentas específicas. Os recursos foram alocados prioritariamente em empresas ou projetos socialmente responsáveis, ou seja, que criam valor para todos os envolvidos, de modo a garantir segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência ao patrimônio administrado, com base em critérios que definem claramente as margens de tolerância aos riscos e as restrições para os investimentos em diferentes categorias de ativos. A atividade é exercida com boa fé, lealdade e diligência. Os dirigentes zelam por elevados padrões éticos e adotam práticas que garantam o cumprimento do seu dever fiduciário em relação aos participantes dos planos de benefícios.

Os procedimentos adotados objetivam assegurar que o processo de gestão dos investimentos seja transparente, totalmente independente da decisão de um gestor específico e que as estratégias utilizadas na aplicação dos recursos valorizem as questões socioambientais e estimulem a governança corporativa. As decisões são tomadas por órgãos colegiados, formados pelo Grupo de Análise Preliminar de Investimentos - GAPI, pelo Comitê de Investimentos - CI e pela Diretoria Executiva. Além destes, existem também os Comitês Consultivos de Planos - CCPs em todos os patrocinadores, que atuam como órgãos auxiliares na discussão e elaboração da Política de Investimentos.

Os setores de investimentos considerados prioritários em 2020 foram aqueles relacionados a Infraestrutura, Logística e Transportes; Varejo e Consumo; Construção Civil; Finanças e Bens de Capital; Commodities (agrícolas, metálicas, petróleo e gás); Papel e celulose; Siderurgia. Independente do setor, empresas com grande potencial de geração de caixa e bom histórico de pagamento de dividendos são normalmente analisadas.

Para determinar a distribuição dos investimentos nos diferentes segmentos de aplicações foi utilizado o Asset Liability Management – ALM, um modelo de gestão cujo objetivo é compatibilizar aplicação dos recursos dos planos com a projeção de pagamento dos benefícios. A avaliação de qual metodologia aplicar teve como base a análise da capacidade do plano de Benefício Definido em gerar superávit e do plano de Contribuição Definida em apresentar rentabilidade adequada para o risco incorrido.

ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO (AETQ)

O Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado - AETQ responsável pela gestão dos investimentos é o Diretor de Investimentos, Advogado José João Reis. Profissional Certificado com ênfase em Administração e em Investimentos, com certificação outorgada pelo Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social – ICSS. Profissional habilitado pela Previc para o exercício da função de Diretor de Investimentos e AETQ.

GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

Dentro da estrutura de gestão dos investimentos, é mantido um contrato para realização dos serviços de custódia com o Banco Bradesco S.A. e existem diferentes administradores e gestores nos vários segmentos de aplicação.

Para os 8 (oito) fundos de renda fixa e o fundo de renda variável, todos de gestão própria da Ceres. Além dos Fundos de Investimentos com gestão própria há 2 (dois) Fundos de Investimento em Ações, 18 (dezoito) Fundos de Investimento Estruturados e 4 (quatro) Fundos de Investimento Imobiliários, cuja gestão é terceirizada.

SEGMENTOS DE APLICAÇÃO

Os segmentos de aplicação definidos para investimento em 2020 foram Renda Fixa, Renda Variável, Estruturados, Imobiliário e Operações com Participantes.

METAS E ÍNDICES

Na meta estimada de rentabilidade (INPC + taxa de juros) para 2020, foram consideradas as taxas de juros atuariais específicas para cada plano (Quadro 3) acrescida da variação anual medida pelo deflator INPC.

GESTÃO DOS RISCOS

Na Fundação Ceres existe uma estrutura de governança corporativa para assegurar que o processo de gestão dos investimentos seja seguro, transparente, participativo e independente da decisão de um único gestor, com o máximo de representatividade em todas as instâncias, garantindo a participação de representantes de todos os planos administrados, de seus patrocinadores, participantes e assistidos.

As metodologias utilizadas têm como base teorias e modelos consolidados, observadas as peculiaridades da previdência complementar, em especial as regras que regulam a gestão das entidades, com destaque para a Resolução CMN nº4.661/2020 e a Resolução CGPC nº 13/2004.

As decisões relevantes e que causam impacto na gestão da entidade ou dos planos de benefícios são debatidas por órgãos colegiados, como o Grupo de Análise Preliminar de

Investimentos e o Comitê de Investimentos, para depois serem discutidas e aprovadas pela Diretoria Executiva. Além disso, os Comitês Consultivos de Planos de todos os patrocinadores atuam como órgãos auxiliares na discussão e elaboração da Política de Investimentos dos planos de benefícios.

A Gerência de Controles Internos e Gestão de Riscos - Gecor é a unidade funcional na estrutura da Fundação Ceres responsável pelo planejamento e coordenação das atividades de controles internos e gestão de riscos. Visa garantir a proteção dos ativos dos planos, a promoção da eficiência operacional, a obtenção de informação precisa e confiável, a obediência e respeito às políticas da administração. São analisados sistematicamente os riscos de Mercado, Crédito, Liquidez, sob os aspectos legal, operacional e sistêmico.

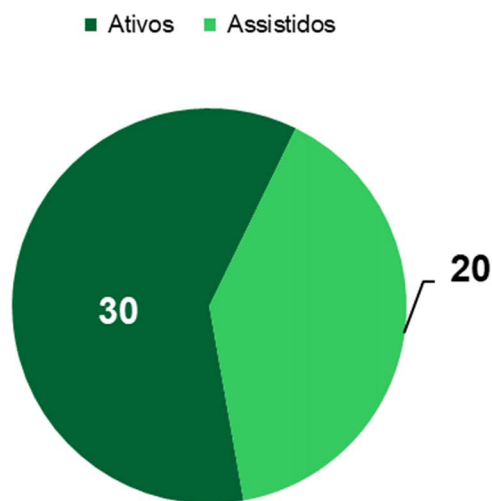
RESULTADOS POR PLANO E PRINCIPAIS NÚMEROS

PLANO CERES BÁSICO

Número de participantes

O Plano Ceres Básico, fechado para novas adesões, encerrou o ano de 2020 com um total de 50 associados, sendo 30 (60%) participantes e 20 (40%) assistidos - aposentados e pensionistas

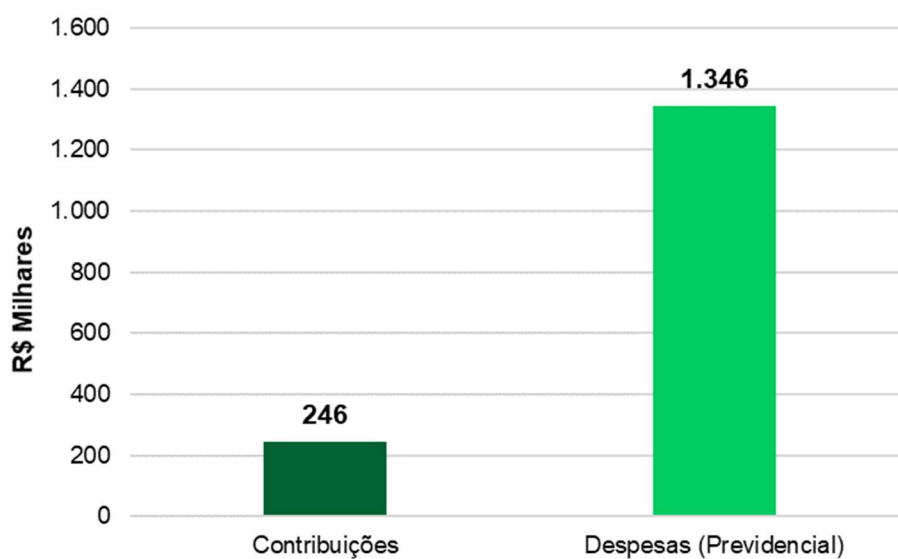
Gráfico 4: Quadro social - 2020



Contribuições e Despesas Previdenciárias

Em 2020, os participantes, os assistidos e a patrocinadora, contribuíram com R\$ 246 mil. No ano, foram pagos R\$ 1,346 milhão aos aposentados e pensionistas (Gráfico 5).

Gráfico 5: Contribuições e despesas previdenciárias - 2020



Balço Contábil do plano

O ativo do plano cresceu 8,44%, passando de R\$ 26,6 milhões em 2019, para R\$ 27,9 milhões, em 2020 (Quadro 4). Do total de R\$ 27,7 milhões (99,16%), R\$ 25,8 milhões (92%) estavam investidos basicamente em três fundos de investimentos de renda fixa (Fundos de Investimentos Multimercado - FIM Tranquilidade, Eros e Serra da Canastra) e um fundo de renda variável (Fundo de Investimento em Ações - FIA Agrocência), todos exclusivos e de gestão própria da Fundação.

Quadro 4: Evolução do Ativo e do Passivo – Plano Ceres Básico (2019/2020).

ATIVO			PASSIVO	R\$ Mil	
	2020	2019		2020	2019
DISPONÍVEL	6	1	EXIGÍVEL OPERACIONAL	71	70
REALIZÁVEL	27.986	26.619	Gestão Previdencial	69	69
Gestão Previdencial	84	82	Gestão Administrativa	0	0
Gestão Administrativa	145	126	Investimentos	2	2
Investimentos	27.757	26.411	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	1	1
Títulos Públicos	0	0	Gestão Previdencial	0	0
Ações	0	0	Investimentos	1	1
Fundos de Investimentos	25.792	23.952	PATRIMÔNIO SOCIAL	27.920	26.548
Investimentos Imobiliários	796	811	Patrimônio de Cobertura do Plano	27.446	26.122
Empréstimos e Financiamentos	1.170	1.648	Provisões Matemáticas	27.114	25.849
Depósitos Judiciais / Recursais	0	0	Benefícios Concedidos	15.153	15.031
Outros Realizáveis	0	0	Benefícios a Conceder	13.507	12.391
PERMANENTE	0	0	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	1.546	1.574
Imobilizado	0	0	Equilíbrio Técnico	332	274
			Resultados Realizados	332	274
			FUNDOS	474	426
			Fundos Previdenciais	0	0
			Fundos Administrativos	145	126
			Fundos dos Investimentos	329	300
TOTAL DO ATIVO	27.992	26.620	TOTAL DO PASSIVO	27.992	26.620

Os montantes investidos nos segmentos imobiliários e operações com participantes (empréstimos e financiamentos com participantes e assistidos), representam uma parcela pequena (4,18%) do ativo total.

Do lado do passivo, observa-se que o montante de benefícios concedidos em 2020 foi de R\$ 15,2 milhões e o montante de benefícios a conceder totalizou R\$ 13,5 milhões.

Resultados contábeis e econômicos do plano

Os resultados contábeis e técnico ajustado estão apresentados no Quadro 5. Observa-se que houve um aumento de R\$ 1,3 milhão dos compromissos previdenciários, valor superado pelos resultados positivos de R\$ 2,5 milhões da gestão dos investimentos.

A rentabilidade nominal da carteira de investimentos do Ceres Básico foi de 11,02% em 2020, tendo a meta atuarial (INPC + 4,77% a.a.) fechado em 10,48% no período.

Quadro 5: Resultados do plano em 2020

Resultado Contábil acumulado em 2019	273.658
Crescimento dos Compromissos Previdenciários em 2020	-1.265.596
Resultado positivo dos Investimentos em 2020	2.470.358
Contribuições Previdenciárias	246.183
Despesas Previdenciárias	-1.346.122
Custeio administrativo (previdencial) e outros encargos	-46.897
Resultado Contábil em 2020	331.583
Ajuste de Precificação	1.879.654
Resultado Técnico Ajustado em 2020	331.583

O resultado técnico ajustado do plano Ceres Básico foi positivo em R\$ 331 mil em 2020.

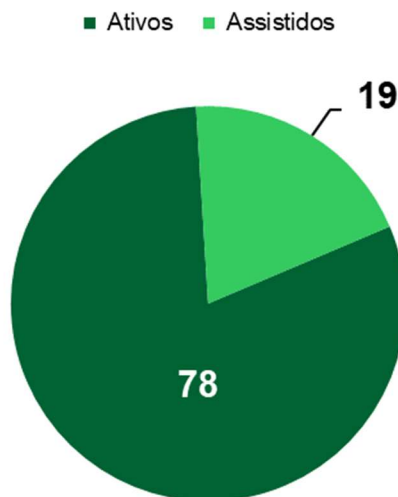
Nota: De acordo com a Instrução Previc nº 19/2015, artigo 10, e com base no entendimento expresso na Cartilha Abrapp de Precificação e Solvência da Comissão Ad-Hoc de Solvência de Planos, editada em abril de 2019, para os planos que apresentam Resultado Contábil Acumulado positivo o Ajuste de Precificação positivo não poderá ser somado ao Resultado Contábil. Dessa forma, o Resultado Técnico Ajustado refere-se ao Resultado Contábil.

PLANO CERES FLEXCERES

Número de participantes

O Plano Ceres-FlexCeres, plano aberto para novas adesões e em processo de acumulação de reservas, encerrou 2020 com um total de 97 associados, sendo 78 (80,41%) participantes e 19 (19,59%) assistidos - aposentados e pensionistas.

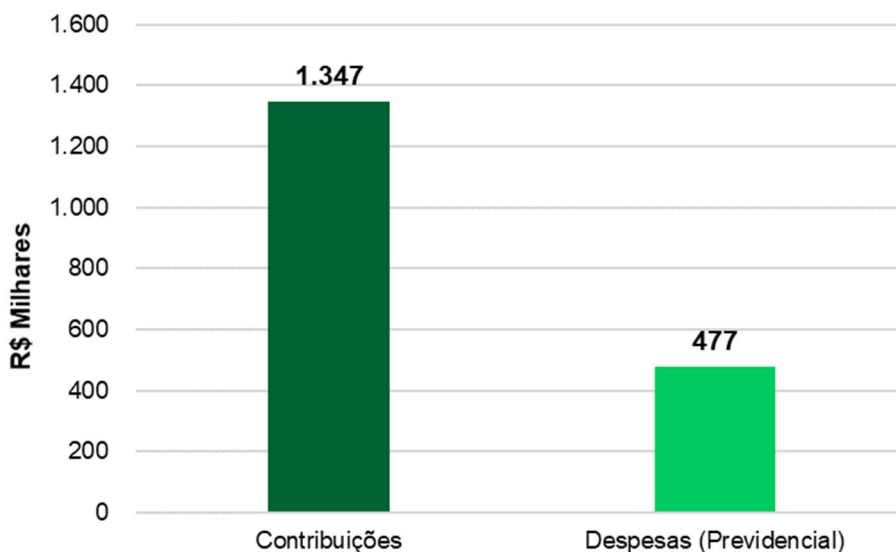
Gráfico 6: Quadro social - 2020



Contribuições e Despesas Previdenciárias

Em 2020, os participantes, os assistidos e a patrocinadora, contribuíram com R\$ 1,35 milhão. As despesas previdenciárias totalizaram R\$ 477 mil (Gráfico 7).

Gráfico 7: Contribuições e despesas previdenciárias - 2020



Balanço Contábil do plano

O ativo do plano cresceu 13,65%, passando de R\$ 14,9 milhões em 2019, para R\$ 16,9 milhões, em 2020 (Quadro 6).

Do total de R\$ 16,7 milhões (99%), R\$ 13,6 milhões (88%) estavam investidos basicamente em três fundos de investimentos de renda fixa (Fundos de Investimentos Multimercado - FIM Planalto, Planalto Central e Eros) e um fundo de renda variável (Fundo de Investimento em Ações - FIA Agrocência), todos exclusivos e de gestão própria da Fundação.

Quadro 6: Evolução do Ativo e do Passivo – Plano Ceres FlexCeres (2019/2020).

ATIVO			PASSIVO	R\$ Mil	
	2020	2019		2020	2019
DISPONÍVEL	8	3	EXIGÍVEL OPERACIONAL	11	7
REALIZÁVEL	16.883	14.859	Gestão Previdencial	11	7
Gestão Previdencial	72	21	Gestão Administrativa	0	0
Gestão Administrativa	81	69	Investimentos	0	0
Investimentos	16.731	14.770	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	0	0
Títulos Públicos	0	0	Gestão Previdencial	0	0
Ações	0	0	Investimentos	0	0
Fundos de Investimentos	14.938	13.550	PATRIMÔNIO SOCIAL	16.880	14.854
Investimentos Imobiliários	0	0	Patrimônio de Cobertura do Plano	16.697	14.744
Empréstimos e Financiamentos	1.793	1.220	Provisões Matemáticas	16.971	14.848
Depósitos Judiciais / Recursais	0	0	Benefícios Concedidos	5.314	5.102
Outros Realizáveis	0	0	Benefícios a Conceder	11.747	9.819
PERMANENTE	0	0	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	90	74
Imobilizado	0	0	Equilíbrio Técnico	(275)	(104)
			Resultados Realizados	(275)	(104)
			FUNDOS	183	110
			Fundos Previdenciais	57	0
			Fundos Administrativos	81	69
			Fundos dos Investimentos	46	41
TOTAL DO ATIVO	16.891	14.862	TOTAL DO PASSIVO	16.891	14.862

Os montantes investidos no segmento de operações com participantes (empréstimos) representam uma parcela pequena (10,61%) do ativo total.

Do lado do passivo, observa-se que o montante de benefícios concedidos em 2020 foi de R\$ 5,3 milhões e o montante de benefícios a conceder totalizou R\$ 11,7 milhões.

Resultados contábeis e econômicos do plano

Os resultados contábeis e técnico ajustado estão apresentados no Quadro 7.

Observa-se que houve um crescimento de R\$ 2,1 milhões dos compromissos previdenciários, valor superado pelos resultados positivos de R\$ 1,2 milhão na gestão dos investimentos e de R\$ 1,3 milhão do montante recebido de contribuições.

No ano de 2020, a rentabilidade nominal da carteira de investimentos do Ceres-FlexCeres foi de 8,38%, tendo o índice de referência (INPC + 4,79% a.a.) fechado em 10,50%.

Quadro 7: Resultados do plano em 2020

Resultado Contábil acumulado em 2019	-103.815
Crescimento dos Compromissos Previdenciários em 2020	-2.123.274
Resultado positivo dos Investimentos em 2020	1.189.039
Contribuições Previdenciárias	1.347.301
Despesas Previdenciárias	-477.392
Contingências de Benefícios	-56.582
Custeio administrativo (previdencial) e outros encargos	-49.823
Resultado Contábil em 2020	-274.546
Ajuste de Precificação	86.677
Resultado Técnico Ajustado em 2020	-187.869

O plano Ceres-FlexCeres encerrou 2020, com resultado técnico negativo, no valor de R\$ 187 mil.

SITUAÇÃO DE ADIMPLÊNCIA DO PATROCINADOR CERES

O patrocinador Ceres – Fundação de Seguridade Social está em dia com suas obrigações contratuais e não possui dívida com relação a serviços passados. As contribuições de responsabilidade da patrocinadora e aquelas que a empresa desconta dos salários dos participantes para os planos de benefícios estão sendo recolhidas dentro dos prazos legais.

INVESTIMENTOS DOS PLANOS

Foi mantida uma estratégia prudente e conservadora em aplicações mais tradicionais, tendo em vista as necessidades atuariais de cada plano administrado.

Foi priorizada a alocação em Renda Fixa devido à expectativa de taxas de juros dos títulos e valores mobiliários acima do índice de referência do plano. No segmento de operações com participantes, a concessão de empréstimos simples foi realizada de acordo com a demanda dos participantes e assistidos.

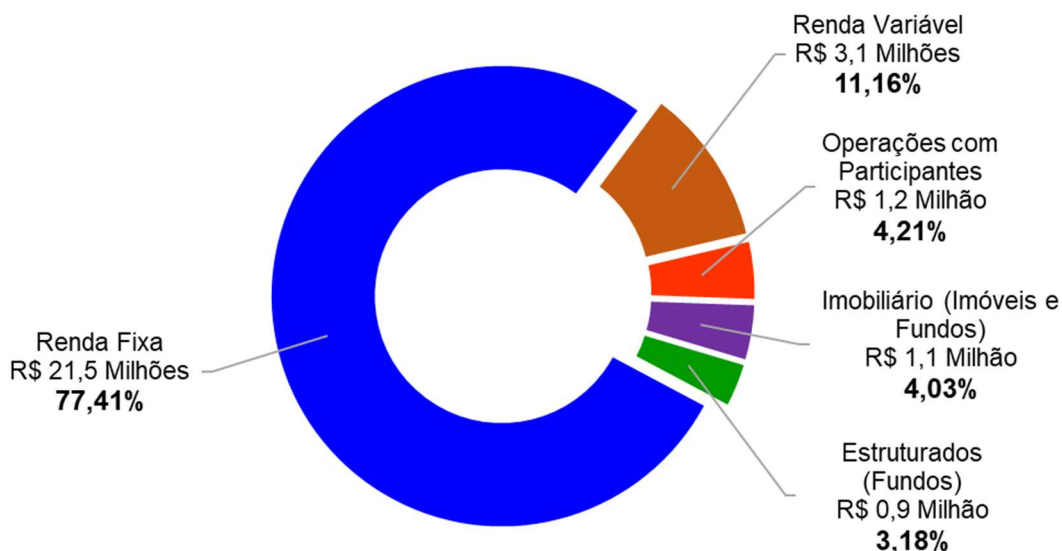
Com relação aos demais segmentos (renda variável, estruturado e imobiliário) foram mantidas as aplicações.

ALOCAÇÃO DOS INVESTIMENTOS POR SEGMENTO

PLANO CERES BÁSICO

Os recursos garantidores desse plano foram alocados basicamente em renda fixa, que representa 77,41% do total, seguido das alocações renda variável, com 11,16% do montante investido. Em operações com participantes foram alocados 4,21% do total investido, no segmento imobiliário 4,03%, e em investimentos estruturados 3,18% (Gráfico 8).

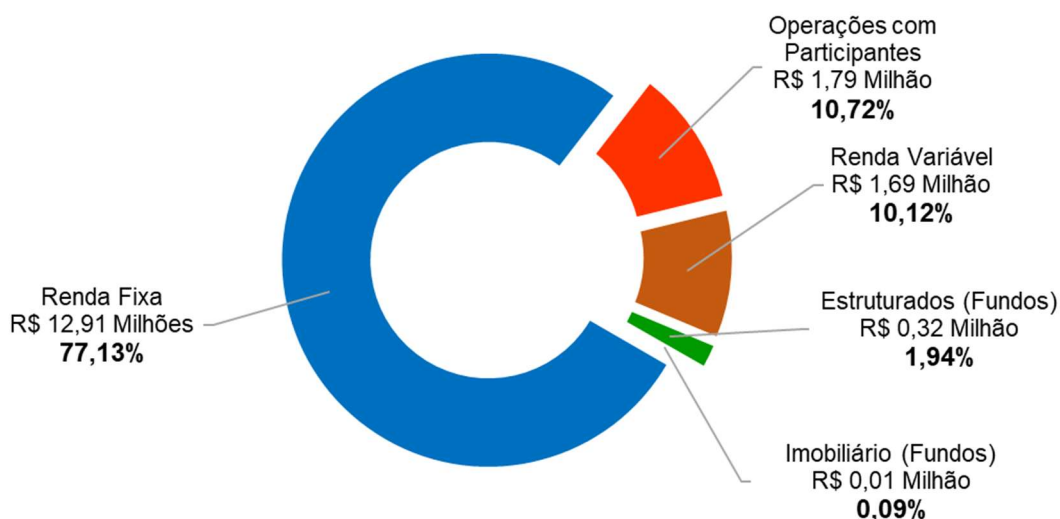
Gráfico 8: Alocação dos investimentos por segmento de aplicação – Plano Ceres Básico



PLANO CERES FLEXCERES

Os recursos garantidores desse plano foram alocados basicamente em renda fixa, que representa 77,13% do total, seguido das alocações em operações com participantes, com 10,72% do montante investido. Em renda variável foram alocados 10,12% do total investido, em investimentos estruturados 1,94% e no segmento imobiliário 0,09% (Gráfico 9).

Gráfico 9: Alocação dos investimentos por segmentos de aplicação – Plano Ceres-FlexCeres



RESULTADOS EM 2020

O ano de 2020 será lembrado como o ano da Covid-19 e suas crises, sanitária e econômica.

Além das mais de 190 mil mortes pelo novo coronavírus no Brasil, em 2020, o ano também foi de considerável perda na economia do país. O desemprego, que já estava elevado, disparou, acentuando o problema estrutural da desigualdade social.

O dólar atingiu o seu valor nominal máximo em relação ao real, enquanto o PIB brasileiro desabou no segundo trimestre. A inflação, que andava abaixo do centro da meta estipulada pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC), acelerou no último trimestre em decorrência do aumento dos preços dos alimentos e do aumento do dólar em relação ao real. Já a taxa básica de juros atingiu o seu menor patamar histórico, o que levou a taxa real de juros de curto prazo.

A taxa Selic encerrou 2020 em 2,00%, o IPCA foi de 4,52% e o INPC de 5,45%.

A Bolsa de Valores Brasileira, encerrou 2020, com ganhos de 2,92%, conforme resultado do Índice Ibovespa.

A seguir, estão apresentadas informações detalhadas por segmento de aplicação, como montantes alocados por tipo de ativo, entre outros.

RENDA FIXA

Do total do plano Ceres Básico investido em renda fixa, que soma R\$ 20,1 milhões, 93,68% foram alocados em títulos públicos e 6,32% em títulos privados (Quadro 8).

No plano Ceres FlexCeres, 83,31% foram alocados em títulos públicos e 16,69% em títulos privados (Quadro 8). Em 2020, o montante total investido nesse segmento foi de R\$ 12,9 milhões.

Quadro 8: Composição dos ativos de renda fixa em 2020 (R\$).

Investimentos/Ativos	Ceres Básico	% sobre o Total Geral	Ceres FlexCeres	% sobre o Total Geral
NTN - B - Nota do Tesouro Nacional série B	14.402.527	67,03%	6.247.912	48,41%
NTN - C - Nota do Tesouro Nacional série C	3.033.237	14,12%	-	0,00%
LFT - Letra Financeira Tesouro	2.596.000	12,08%	4.327.087	33,53%
LTN - O - Letra do Tesouro Nacional Over	96.671	0,45%	176.274	1,37%
Total - Títulos Públicos	20.128.436	93,68%	10.751.273	83,31%
DPGE - Depósito a Prazo com Garantia Especial	59.671	0,28%	84.899	0,66%
CCI - Cédula de Crédito Imobiliário	12.859	0,06%	-	0,00%
CRI - Certificado de Recebíveis Imobiliários	146.732	0,68%	161.448	1,25%
Debêntures	512.361	2,38%	556.919	4,32%
Letra Financeira	517.353	2,41%	1.076.376	8,34%
FIDC - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios	109.435	0,51%	274.854	2,13%
Total - Títulos Privados e Fundos	1.358.411	6,32%	2.154.495	16,69%
Contas a Pagar/a Receber - (Fundos de Investimentos)	- 1.042	0,00%	- 367	0,00%
Total Geral - (Títulos Públicos e Privados)	21.485.805		12.905.402	

RENDA VARIÁVEL

Ao final de 2020, as aplicações dos planos patrocinados pela Ceres totalizaram R\$ 4,8 milhões, sendo R\$ 3,1 milhões relativos ao plano Básico e aproximadamente R\$ 1,7 milhão ao plano FlexCeres.

Neste segmento, os investimentos são realizados por meio do Fundo de Investimento em Ações – FIA Agrocência, com gestão própria da Fundação Ceres e que concentra cerca de 100% dos recursos alocados em renda variável.

Em 2020, os recursos investidos pelos planos no Fundo Agrociência estavam assim distribuídos (Quadro 9):

Quadro 9: Composição e valor dos ativos de renda variável (gestão própria) em R\$.

Ação/Papel	Ceres Básico	% sobre o Total	Ceres FlexCeres	% sobre o Total
AMBEV/ON	184.696	5,96%	100.947	5,96%
B3/ON	132.645	4,28%	72.499	4,28%
BRADESCO/PN	321.278	10,37%	175.598	10,37%
BRF/ON	178.361	5,76%	97.485	5,76%
CCR RODOVIAS/ON	88.900	2,87%	48.589	2,87%
COPASA/ON	93.734	3,03%	51.231	3,03%
HYPERMARCAS/ON	157.715	5,09%	86.200	5,09%
ISHARES BOVA	96.824	3,12%	52.920	3,12%
ITAÚ UNIBANCO/PN	292.589	9,44%	159.917	9,44%
LOJAS RENNER/ON	274.154	8,85%	149.841	8,85%
PETROBRAS/PN	364.477	11,76%	199.208	11,76%
TEL. BRASIL/PN	204.690	6,61%	111.875	6,61%
VALE/PN	357.951	11,55%	195.641	11,55%
VALID/ON	50.646	1,63%	27.681	1,63%
LTN - Letra do Tesouro Nacional	278.487	8,99%	152.210	8,99%
Contas a Pagar/a Receber	21.344	0,69%	11.666	0,69%
Total	3.098.491	100,00%	1.693.508	100,00%

ESTRUTURADOS

Em 2020, os investimentos neste segmento totalizaram R\$ 1,2 milhão sendo R\$ 883 mil do plano Ceres Básico e R\$ 325 mil do plano Ceres FlexCeres.

Os recursos estão alocados em até 15 (quinze) fundos de investimentos, sendo 5 (cinco) Fundos de Investimentos Multimercados – FIM, 8 (oito) Fundos de Investimentos em Participações - FIP e 1 (um) Fundo Mútuo de Investimentos em Empresas Emergentes – FMIEE. Esses fundos possuem gestão terceirizada e investem em diferentes setores da economia como agronegócio, tecnologia, alimentação, logística, entre outros.

Ao final de 2020, a carteira dos fundos investidos e os respectivos gestores eram os seguintes (Quadro 10).

Quadro 10: Composição, gestores e montante fundos terceirizados (R\$).

Fundo	Gestor Externo	Ceres Básico	% sobre o Total Geral	Ceres FlexCeres	% sobre o Total Geral
FIM Ibiuna Hedge	Ibiuna Gestão	129.651	14,67%	61.091	18,80%
FIM Garde Dumas	Gard Asset	91.057	10,30%	42.906	13,21%
FIM Novus Capital	Novus Capital	133.222	15,08%	62.774	19,32%
FIM Neo Mult Estratégia	Neo Gestão	154.508	17,49%	72.804	22,41%
FIM Bahia Am Marau	Bahia Asset	95.145	10,77%	44.832	13,80%
Total - FIM (Fundo de Investimentos Multimercados)		603.584	68,31%	284.407	87,54%
FIP Nordeste II	Vinci Partners	- 850	-0,10%	-	0,00%
FIP Investidores Institucionais III	Angra Patners Ltda	8.977	1,02%	-	0,00%
FIP Inseed FIMA	Inseed Investimentos Ltda	23.109	2,62%	6.560	2,02%
FIP DGF FICPAC 2	DGF Gestão de Fundos Ltda	27.002	3,06%	8.186	2,52%
FIP Brasil Agronegócio	BRZ Investimentos Ltda	27.336	3,09%	-	0,00%
FIP Caixa Incorporação Imobiliária	Caixa Econ. Federal	8.690	0,98%	2.365	0,73%
FIP Empreendedor Brasil	BRZ Investimentos	49.778	5,63%	-	0,00%
FIP Angra Infra	Angra Patners Ltda	53.645	6,07%	-	0,00%
FIP BTG Infraestrutura II FIC	BTG Pactual Gestora Rec. Ltda	82.350	9,32%	23.378	7,20%
Total - FIP (Fundos de Investimentos em Participações)		280.037	31,69%	40.489	12,46%
FMIEE Fipac Participações	DGF Gestão de Fundos Ltda	3	0,00%	-	0,00%
Total - FMIEE (Fundos Mútuos de Investimentos em Empresas Emergentes)		3	0,00%	0	0,00%
Total Geral (FIM, FIP e FMIEE)		883.624		324.896	

IMOBILIÁRIO

Do total investido no segmento imobiliário, pelo plano Ceres Básico, isto é, R\$ 1,1 milhão, 71% estavam alocados em imóveis, com R\$ 796 mil (Quadro 11), cuja gestão é própria da Ceres e o restante, 29%, perfazendo R\$ 323 mil, foram alocados em Fundos de Investimentos Imobiliários (Quadro 12), da qual a gestão é terceirizada.

Os recursos investidos, neste segmento, relativos ao plano Ceres FlexCeres, totalizaram R\$ 14,3 mil e estavam alocados em Fundos de Investimentos Imobiliários (Quadro 12).

Quadro 11: Composição e valor dos ativos –imóveis - 2020.

Ativo/Local	Valor (R\$)	% sobre o Total
Shopping Center	556.697	69,96%
Shopping Conjunto Nacional - DF	304.912	38,32%
Shopping Center Recife - PE	251.785	31,64%
Prédios Comerciais	179.431	22,55%
Edifício José Guerra - SP	83.701	10,52%
Edifício Cenesp Bloco "C" - SP	54.082	6,80%
Edifício Cenesp Bloco "J" - SP	3.837	0,48%
Edifício Ceres - DF	37.811	4,75%
Salas Comerciais	59.613	7,49%
Edifício Corporate Sala 303 - DF	28.535	3,59%
Edifício Corporate Sala 304 - DF	31.078	3,91%
TOTAL	795.741	

Quadro 12: Relação Fundos Imobiliários - 2020

Fundo	Gestor Externo	Ceres Básico	% sobre o Total Geral	Ceres FlexCeres	% sobre o Total Geral
FII RB Capital	RB Capital Investimentos Ltda	1.584	0,49%	312	2,18%
FII Claritas Logística	Claritas Adm. de Recursos	58.338	18,02%	14.000	97,82%
FII Hermes	Rio Bravo DTVM Ltda	65.538	20,24%	0	0,00%
FII Projeto Água Branca	Coinvalores CCVM Ltda	198.287	61,25%	0	0,00%
Total - FII (Fundo de Investimentos Imobiliários)		323.747	100,00%	14.312	100,00%

OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

Essas operações de investimentos obedecem às modalidades e às regras permitidas para as EFPCs e cumprem os limites de patrimônio, parâmetros de rentabilidade e controle de riscos, de acordo com a legislação vigente.

Esses investimentos são destinados aos participantes e assistidos e, ao final de 2020, o montante alocado nesse segmento era de R\$ 1,2 milhão no plano Ceres Básico, que correspondem a 4,21% do total de recursos do plano; e de R\$ 1,8 milhão no plano Ceres FlexCeres, que equivalem a 10,72% dos investimentos desse plano.

As quantidades e valores da carteira de empréstimos concedidos² nos últimos dois anos e os montantes da carteira de financiamento imobiliário estão apresentados nos quadros 13 a 15.

Ressalta-se que o plano Ceres FlexCeres não possui recursos aplicados em financiamento imobiliário.

Quadro 13: Montante e nº de contratos no segmento de empréstimos simples (Plano Ceres Básico).

Descrição	2019	2020	Variação (%)
Valor Total da Carteira	951.176,47	791.780	-16,76%
Quantidade de Contratos no final do exercício	24	23	-4,17%
Concessões de Empréstimos no período - R\$	573.927,03	390.070,69	-32,03%
Quantidade de Concessões no período	11	10	-9,09%

Quadro 14: Montante e nº de contratos no segmento de financiamento imobiliário (Plano Ceres Básico).

Descrição	2019	2020	Variação (%)
Valor Total da Carteira	697.133,14	378.052	-45,77%
Quantidade de Contratos no final do exercício	1	1	0,00%

² Os valores apresentados de “concessões de empréstimos no período” representam o total contratado pelo participante ou assistido, não representando necessariamente o montante de recursos liberado.

Quadro 15: Montante e nº de contratos no segmento de empréstimos simples (Plano Ceres FlexCeres).

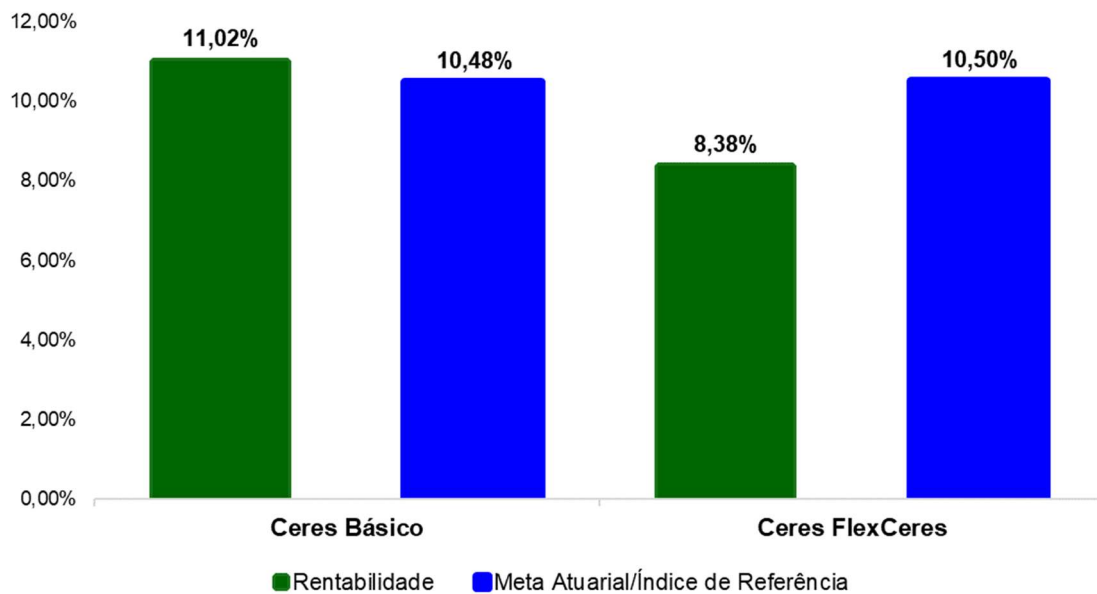
Descrição	2019	2020	Variação (%)
Valor Total da Carteira	1.219.810,59	1.792.947,50	46,99%
Quantidade de Contratos no final do exercício	42	47	11,90%
Concessões de Empréstimos no período - R\$	1.340.196,16	1.995.114,69	48,87%
Quantidade de Concessões no período	52	48	-7,69%

RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS POR PLANO

A Política de Investimentos é concebida considerando o passivo atuarial de cada plano de benefícios. Assim, a composição da carteira de investimentos e a rentabilidade não são iguais para todos os planos, pois cada um deles possui características específicas.

As rentabilidades dos planos patrocinados pela Ceres estão demonstradas no gráfico, a seguir.

Gráfico 10: Rentabilidade dos investimentos dos planos.



No Anexo 1 “Demonstrativo de Investimentos”, estão apresentadas as composições das carteiras de investimentos de cada plano de benefícios.

O resumo da Política de Investimentos adotada para 2020, por plano de benefícios, pode ser verificado no Anexo 2.

COTA PATRIMONIAL DO PLANO CERES FLEXCERES

Nos planos de contribuição variável (CV) e de contribuição definida (CD), os já conhecidos FlexCeres e Família Ceres, os valores líquidos das contribuições são utilizados para a aquisição de cotas patrimoniais dos planos.

A cota patrimonial (valor contábil) é uma fração do patrimônio do plano, atualizada pela variação mensal do valor do ativo patrimonial e é utilizada para remunerar mensalmente o saldo de contas dos participantes.

Isso permite que seja apurado o valor da participação individual de cada participante no patrimônio total de cada plano de benefícios.

Nesta metodologia utiliza-se os rendimentos mensais dos investimentos, deduzindo os valores destinados à constituição dos fundos previdenciais, que servem para cobertura dos benefícios de risco, e do custeio administrativo. O cálculo é feito com os valores dos balancetes mensais dos registros contábeis.

Por outro lado, a rentabilidade dos investimentos de cada plano, sejam eles BD, CV ou CD, é apurada por meio do conhecido método da Taxa Interna de Retorno (TIR)³.

Ao longo de 2020, o crescimento no valor nominal das cotas foi significativo e muito acima da inflação do período, que foi de 5,45% pelo INPC e de 4,52% pelo IPCA (Quadro 16).

Significa que as cotas de todos os planos FlexCeres e do plano Família Ceres apresentaram uma valorização real acima da inflação.

Quadro 16: Variação da cota patrimonial - Plano FlexCeres - 2020.

Plano	Valor da Cota R\$ Dezembro/2019	Valor da Cota R\$ Dezembro/2020	Variação da Cota Patrimonial
CeresFlexCeres	4,29612307	4,61472657	7,42%

³ A Taxa Interna de Retorno (TIR) é a taxa única equivalente que resume a rentabilidade de todos os valores que são investidos ou recebidos ao longo do tempo.

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

DESPESAS ADMINISTRATIVAS (PGA)

As despesas administrativas, necessárias para o funcionamento da Fundação Ceres na gestão dos planos de benefícios, estão divididas em despesas relativas à gestão previdencial e à gestão de investimentos.

Essas despesas são contabilizadas no Plano de Gestão Administrativa - PGA.

Em 2020, as despesas administrativas totalizaram R\$ 32,2 milhões, representando uma variação de 10,33% em relação a 2019, como pode ser observado no quadro abaixo.

Quadro 17: Despesas administrativas consolidada – 2019/2020 – (R\$).

Rubricas	Gestão 2020		2020	2019	Variação %	Média Ponderada
	Previdencial	Investimentos				
Pessoal e Encargos	11.563.873	11.507.284	23.071.156	20.515.527	12,46%	8,93%
Treinamentos/Congressos e Seminários	108.429	105.710	214.139	181.957	17,69%	0,12%
Viagens e Estadias	26.546	26.460	53.006	386.265	-86,28%	-0,14%
Serviços de Terceiros	1.734.496	1.624.317	3.358.812	2.638.262	27,31%	2,85%
Auditoria Contábil	45.500	45.500	91.000	77.736	17,06%	0,05%
Consultoria de Investimentos	-	158.981	158.981	134.689	18,04%	0,09%
Consultoria Jurídica	114.638	23.622	138.260	220.905	-37,41%	-0,16%
Consultoria Gestão/Planejamento	365.267	323.045	688.312	376.046	83,04%	1,78%
Consultoria Recursos Humanos	4.284	4.284	8.568	10.722	-20,09%	-0,01%
Consultoria Informática	977.221	1.068.679	2.045.900	1.593.576	28,38%	1,80%
Consultoria Atuarial	227.381	-	227.381	221.587	2,61%	0,02%
Pessoa Física	410	-	410	3.000	-86,35%	0,00%
Despesas Gerais	1.523.453	1.293.378	2.816.831	2.967.020	-5,06%	-0,44%
Depreciações e Amortizações	130.268	130.268	260.536	193.224	34,84%	0,28%
Tributos	1.203.106	1.203.106	2.406.212	2.286.686	5,23%	0,39%
Total das Despesas Administrativas	16.290.170	15.890.522	32.180.693	29.168.940	10,33%	

A título de comparação, caso a gestão fosse feita por uma empresa privada ao custo de, no mínimo, o correspondente a 1,0% do valor total do patrimônio administrado, que em 2020 foi de R\$ 9,1 bilhões, essas despesas seriam da ordem de R\$ 91 milhões.

Com a gestão própria, o valor real das despesas administrativas da Ceres ficou em 35% do que seria o custo máximo para fazer gestão dos planos de benefícios.

No quadro seguinte (Quadro 18), estão apresentadas as despesas administrativas correspondentes a cada plano de benefícios.

Quadro 18: Despesas administrativas por plano – 2020 – (R\$).

Plano	Pessoal e Encargos	Treinamentos/ Congressos e Seminários	Viagens e Estadias	Serviços de Terceiros	Despesas Gerais	Depreciações e Amortizações	Tributos	Total
Ceres Básico	67.580	627	155	9.839	8.251	763	7.048	94.264
Ceres FlexCeres	52.798	490	121	7.687	6.446	596	5.507	73.645

DESPESAS ESPECÍFICAS DE INVESTIMENTOS

As despesas específicas de investimentos são destinadas ao custeio dos fundos de investimentos e formadas pela taxa de administração, taxas de custódia e controladoria, entre outras. Essas despesas são contabilizadas diretamente nos planos de benefícios e nos fundos de investimentos, não sendo relacionadas às despesas contabilizadas no PGA.

No Quadro 19, a seguir, estão apresentadas detalhadamente as despesas de investimentos de 2020 e de 2019.

Quadro 19: Despesas específicas de investimentos consolidada plano – 2019/2020 – (R\$)

Rubricas	2020	2019	Variação %
Taxa de Administração dos Fundos de Investimentos Exclusivos	465.791	449.400	3,65%
Taxa Cetip/Selic	1.127.078	873.528	29,03%
Custódia	665.273	711.460	-6,49%
Controladoria	661.311	617.355	7,12%
Taxa CVM	364.130	351.759	3,52%
Taxa Bovespa	15.834	33.600	-52,88%
Taxa Anbima	41.752	22.809	83,05%
Honorários/ Consultorias de Investimentos	240.726	521.250	-53,82%
Corretagem	166.074	171.107	-2,94%
Auditoria	49.351	660.359	-92,53%
Outras (Cartório e Emolumentos)	2.061	18.700	-88,98%
Total das Despesas	3.799.381	4.431.326	-14,26%

No quadro 20 abaixo, estão apresentadas as despesas de investimentos correspondentes a cada plano de benefícios.

Quadro 20: Despesas específicas de investimentos por plano – 2020 – (R\$).

Plano	Taxa de Administração dos Fundos de Investimentos Exclusivos	Taxa Cetip/Selic	Custódia	Controladoria	Taxa CVM	Taxa Bovespa	Taxa Anbima	Honorários/ Consultoria de Investimentos	Corretagem	Auditoria	Outras	Total
Ceres Básico	4.175	4.205	1.974	1.948	3.003	155	366	8	555	420	63	16.873
Ceres FlexCeres	2.344	2.436	1.119	1.110	1.068	132	128	8	303	225	5	8.879

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

Resumo do Demonstrativo de Investimentos – Plano Ceres Básico

Item	2019		2020		Limites Máximos Res. CMN 4.661/2018	Limites Máximos Política de Investimentos
	Valor R\$	% sobre Recursos Garantidores	Valor R\$	% sobre Recursos Garantidores		
Renda Fixa	19.574.859	74,12%	21.485.801	77,39%	100,00%	100,00%
Renda Variável	3.194.050	12,09%	3.098.491	11,16%	70,00%	20,00%
Imobiliário (Imóveis e Fundos)	1.180.397	4,47%	1.119.484	4,03%	20,00%	10,00%
Estruturados (Fundos)	813.709	3,08%	883.624	3,18%	20,00%	10,00%
Operações com Participantes	1.648.310	6,24%	1.169.833	4,21%	15,00%	10,00%
Empréstimos	951.176	3,60%	791.780	2,85%		
Financiamentos Imobiliários	697.133	2,64%	378.052	1,36%		
Total dos Recursos Investidos	26.411.324	100,01%	27.757.232	99,98%		
Disponível	735	0,00%	6.243	0,02%		
Outros Realizáveis	156	0,001%	40	0,000%		
Outras Exigibilidades	- 3.107	-0,01%	- 618	0,00%		
Total dos Recursos Garantidores	26.409.109	100,00%	27.762.897	100,00%		

Resumo do Demonstrativo de Investimentos – Plano Ceres-FlexCeres

Item	2019		2020		Limites Máximos Res. CMN 4.661/2018	Limites Máximos Política de Investimentos
	Valor R\$	% sobre Recursos Garantidores	Valor R\$	% sobre Recursos Garantidores		
Renda Fixa	11.764.393	79,64%	12.905.400	77,10%	100,00%	100,00%
Renda Variável	1.475.263	9,99%	1.693.508	10,12%	70,00%	20,00%
Estruturados (Fundos)	296.449	2,01%	324.898	1,94%	20,00%	9,00%
Operações com Participantes	1.219.811	8,26%	1.792.948	10,71%	15,00%	15,00%
Imobiliário (Imóveis e Fundos)	13.908	0,09%	14.312	0,09%	20,00%	5,00%
Total dos Recursos Investidos	14.769.824	99,98%	16.731.065	99,96%		
Disponível	2.598	0,02%	7.617	0,05%		
Outras Exigibilidades	- 151	-0,001%	- 162	-0,001%		
Total dos Recursos Garantidores	14.772.271	100,00%	16.738.521	100,00%		

ANEXO 2 - RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Resumo da Política de Investimentos – Plano Ceres Básico

- Taxa Mínima Atuarial:

Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2020 a 12/2020	INPC	4,77%

- Controle de Risco
 - Risco de Mercado
 - Risco de Liquidez
 - Risco de Contraparte
 - Risco Legal
 - Risco Operacional

Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Sim	Dispõe de Manual: Sim
Possui modelo proprietário de risco: Não	Dispõe de Manual: Não
Realiza Estudos de ALM: Sim	

- Previsão de Alocação dos Recursos: limites por segmento e por modalidade

Segmento de Aplicação	Alocação Out/20	Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior
Renda Fixa	76,68%	58,26%	60,00%	100,00%
Caixa	10,93%	5,00%	0,00%	20,00%
Título Público	62,47%	49,97%	30,00%	100,00%
Debêntures	1,84%	1,84%	0,00%	20,00%
DPGE	0,22%	0,22%	0,00%	20,00%
Letras Financeiras	0,81%	0,81%	0,00%	20,00%
FIDC	0,43%	0,43%	0,00%	5,00%
Renda Variável	9,15%	20,00%	5,00%	25,00%
Investimentos Estruturados	3,25%	5,83%	0,00%	10,00%
FIP	1,06%	1,06%	0,00%	5,00%
Multimercado Livre	2,19%	4,76%	0,00%	8,00%
Investimentos Imobiliários	4,82%	4,82%	0,00%	10,00%
Imóveis	3,01%	3,01%	0,00%	5,00%
CRI	0,54%	0,54%	0,00%	5,00%
CCI	0,08%	0,08%	0,00%	5,00%
Fundos Imobiliários	1,19%	1,19%	0,00%	5,00%
Investimentos no Exterior		5,00%	0,00%	10,00%
Operações com Participantes	6,10%	6,10%	0,00%	10,00%

A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim
Utiliza derivativos? Sim
Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim
Existência de sistemas de controles internos? Sim

- Perfis de Investimentos

O plano possui Perfis de Investimentos? Não

- Alocação por Emissor

Emissor	Mínimo %	Máximo%	Não Aplica
Tesouro Nacional	0,00	100,00	
Instituição Financeira	0,00	20,00	
Tesouro Estadual ou Municipal	0,00	10,00	
Companhia aberta com registro na CVM	0,00	10,00	
Organismo multilateral	0,00	10,00	
Companhia securitizadora	0,00	10,00	
Patrocinador do plano de benefício			X
FIDC/FIC FIDC	0,00	10,00	
Fdo. de Índice referenciado em cesta de ações de companhia aberta	0,00	10,00	
Sociedade de Propósito Específico – SPE	0,00	10,00	
FI/FICFI classificados no segmento de investimentos estruturados	0,00	10,00	

- Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo %	Máximo%	Não Aplica
% do capital votante de uma mesma companhia aberta	0,00	25,00	
% do capital votante de uma mesma companhia aberta ou de uma SPE	0,00	25,00	
% do PL de uma mesma instituição financeira	0,00	25,00	
% do PL de fundo de índice referenciado em cesta de ações de companhia aberta	0,00	25,00	
% do PL de fundo de investimento classificado no segmento de investimentos estruturados	0,00	25,00	
% do PL de fundo de investimento classificado no segmento de investimentos no exterior	0,00	25,00	
% do PL de fundos de índice no exterior negociados em bolsa de valores no Brasil	0,00	25,00	
% do patrimônio separado de certificados de recebíveis com regime fiduciário	0,00	25,00	

- Concentração por Investimento

Emissor	Mínimo %	Máximo%	Não Aplica
% de uma série de títulos ou valores mobiliários	0,00	25,00	
% de uma mesma classe ou série de cotas de FIDC	0,00	25,00	

Resumo da Política de Investimentos – Plano Ceres-FlexCeres

- Taxa Mínima Atuarial:

Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2020 a 12/2020	INPC	4,79%

- Controle de Risco
 - Risco de Mercado
 - Risco de Liquidez
 - Risco de Contraparte
 - Risco Legal
 - Risco Operacional

Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Sim	Dispõe de Manual: Sim
Possui modelo proprietário de risco: Não	Dispõe de Manual: Não
Realiza Estudos de ALM: Sim	

- Previsão de Alocação dos Recursos: limites por segmento e por modalidade

Segmento de Aplicação	Alocação Out/20	Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior
Renda Fixa	78,74%	45,56%	60,00%	100,00%
Caixa	34,88%	5,07%	0,00%	50,00%
Título Público	38,04%	34,66%	30,00%	100,00%
Debêntures	3,52%	3,52%	0,00%	20,00%
DPGE	0,53%	0,53%	0,00%	20,00%
Letras Financeiras	0,00%	0,00%	0,00%	20,00%
FIDC	1,78%	1,78%	0,00%	5,00%
Renda Variável	8,45%	25,00%	5,00%	30,00%
Investimentos Estruturados	0,51%	8,25%	0,00%	15,00%
FIP	0,25%	0,25%	0,00%	5,00%
Multimercado Livre	0,25%	8,00%	0,00%	10,00%
Investimentos Imobiliários	1,11%	5,00%	0,00%	10,00%
Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
CRI	1,03%	1,03%	0,00%	5,00%
CCI	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%
Fundos Imobiliários	0,09%	3,97%	0,00%	5,00%
Investimentos no Exterior		5,00%	0,00%	10,00%
Operações com Participantes	11,19%	11,19%	0,00%	15,00%

A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim
Utiliza derivativos? Sim
Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim
Existência de sistemas de controles internos? Sim

- Perfis de Investimentos

O plano possui Perfis de Investimentos? Não

- Alocação por Emissor

Emissor	Mínimo %	Máximo%	Não Aplica
Tesouro Nacional	0,00	100,00	
Instituição Financeira	0,00	20,00	
Tesouro Estadual ou Municipal	0,00	10,00	
Companhia aberta com registro na CVM	0,00	10,00	
Organismo multilateral	0,00	10,00	
Companhia securitizadora	0,00	10,00	
Patrocinador do plano de benefício			X
FIDC/FIC FIDC	0,00	10,00	
Fdo. de Índice referenciado em cesta de ações de companhia aberta	0,00	10,00	
Sociedade de Propósito Específico – SPE	0,00	10,00	
FI/FICFI classificados no segmento de investimentos estruturados	0,00	10,00	

- Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo %	Máximo%	Não Aplica
% do capital votante de uma mesma companhia aberta	0,00	25,00	
% do capital votante de uma mesma companhia aberta ou de uma SPE	0,00	25,00	
% do PL de uma mesma instituição financeira	0,00	25,00	
% do PL de fundo de índice referenciado em cesta de ações de companhia aberta	0,00	25,00	
% do PL de fundo de investimento classificado no segmento de investimentos estruturados	0,00	25,00	
% do PL de fundo de investimento classificado no segmento de investimentos no exterior	0,00	25,00	
% do PL de fundos de índice no exterior negociados em bolsa de valores no Brasil	0,00	25,00	
% do patrimônio separado de certificados de recebíveis com regime fiduciário	0,00	25,00	

- Concentração por Investimento

Emissor	Mínimo %	Máximo%	Não Aplica
% de uma série de títulos ou valores mobiliários	0,00	25,00	
% de uma mesma classe ou série de cotas de FIDC	0,00	25,00	

ANEXO 3 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis são uma representação monetária estruturada da posição patrimonial e financeira em determinada data e das transações realizadas por uma entidade no período findo nessa data.

O objetivo das demonstrações contábeis de uso geral é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o resultado e o fluxo financeiro de uma entidade, que são úteis para uma ampla variedade de usuários na tomada de decisões.

Os modelos das Demonstrações Contábeis, consolidadas e por plano, a serem apresentados, consoante com o Anexo B, da Resolução CNPC nº 08 de 2011, são os seguintes:

- Balanço Patrimonial (Consolidado);
- Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (Consolidada);
- Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa consolidada (Consolidada);
- Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido por plano de benefícios;
- Demonstrac o do Ativo Líquido por plano de benefícios; e
- Demonstrac o das Provisões Técnicas por plano de benefícios.

Demonstrações Contábeis – Consolidado
Balanco Patrimonial

R\$ Mil

ATIVO	2020	2019	Partic. % no Patrimônio	Var. (%)
DISPONÍVEL	841	810	0,01%	3,79%
REALIZÁVEL	9.097.388	8.421.359	99,98%	8,03%
Gestão Previdencial	132.538	127.769	1,46%	3,73%
Gestão Administrativa	11.922	11.559	0,13%	3,14%
Investimentos	8.952.928	8.282.031	98,39%	8,10%
Títulos Públicos	0	0	0,00%	0,00%
Créditos Privados e Depósitos	0	0	0,00%	0,00%
Ações	0	0	0,00%	0,00%
Fundos de Investimento	8.672.608	8.000.867	95,31%	8,40%
Investimentos Imobiliários	196.923	200.789	2,16%	-1,93%
Empréstimos	83.157	80.111	0,91%	3,80%
Depósitos Judiciais / Recursais	235	258	0,00%	-8,96%
Outros Realizáveis	5	5	0,00%	0,00%
PERMANENTE	1.413	1.118	0,02%	26,36%
Imobilizado	867	708	0,01%	22,47%
Intangível	546	411	0,01%	33,06%
TOTAL DO ATIVO	9.099.641	8.423.288	100,00%	8,03%

R\$ Mil

PASSIVO	2020	2019	Partic. % no Patrimônio	Var. (%)
EXIGÍVEL OPERACIONAL	145.734	132.095	1,60%	10,33%
Gestão Previdencial	142.016	128.997	1,56%	10,09%
Gestão Administrativa	3.045	2.583	0,03%	17,88%
Investimentos	673	516	0,01%	30,61%
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	11.122	10.998	0,12%	1,12%
Gestão Previdencial	870	786	0,01%	10,61%
Gestão Administrativa	9.722	9.559	0,11%	1,71%
Investimentos	530	653	0,01%	-18,92%
PATRIMÔNIO SOCIAL	8.942.785	8.280.194	98,28%	8,00%
Patrimônio de Cobertura do Plano	8.725.928	8.101.880	95,89%	7,70%
Provisões Matemáticas	8.403.711	7.784.444	92,35%	7,96%
Benefícios Concedidos	4.187.816	3.570.363	46,02%	17,29%
Benefícios a Conceder	4.516.433	4.552.311	49,63%	-0,79%
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	300.537	338.230	3,30%	-11,14%
Equilíbrio Técnico	322.217	317.436	3,54%	1,51%
Resultados Realizados	322.217	317.436	3,54%	1,51%
Superávit Técnico Acumulado	0	0	0,00%	0,00%
(-) Déficit Técnico Acumulado	0	0	0,00%	0,00%
Resultados a Realizar	0	0	0,00%	0,00%
FUNDOS	216.857	178.313	2,38%	21,62%
Fundos Previdenciais	143.449	114.257	1,58%	25,55%
Fundos Administrativos	46.114	39.760	0,51%	15,98%
Fundos dos Investimentos	27.294	24.297	0,30%	12,33%
TOTAL DO PASSIVO	9.099.641	8.423.288	100,00%	8,03%

Demonstração de Mutação do Patrimônio Social - DMPS

R\$ Mil

Descri�o	Exercício 2020	Exercício 2019	Variacão (%)
A) Patrimônio Social - In�cio do Exercício	8.280.194	7.272.306	13,86%
1. Adic�es	1.151.366	1.416.273	-18,70%
Contribui�es Previdenciais	346.412	363.181	-4,62%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	763.422	1.013.042	-24,64%
Receitas Administrativas	34.938	32.478	7,57%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	3.597	4.700	-23,46%
Reversão de Contingências - Gestão Administrativa	0	0	100,00%
Constitui�o de Fundos de Investimentos	2.997	2.871	4,40%
2. Destina�es	488.774	409.143	19,46%
Benefícios	456.510	379.905	20,16%
Constitui�o de Contingências - Gestão Previdencial	83	68	22,09%
Despesas Administrativas	32.181	29.169	10,33%
Constitui�o de Contingências - Gestão Administrativa	0	0	0,00%
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	662.591	1.007.888	-34,26%
Provisões Matemáticas	619.267	732.391	-15,45%
Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	4.781	254.925	-98,12%
Fundos Previdenciais	29.192	8.934	226,75%
Fundos Administrativos	6.354	8.010	-20,67%
Fundos Investimentos	2.997	3.628	-17,40%
4. Opera�es Transitórias	0	0	0,00%
Opera�es Transitórias	0	0	0,00%
B) Patrimônio Social - Final do Exercício (A+3)	8.942.785	8.280.194	8,00%

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA

R\$ Mil

Descrição	Exercício 2020	Exercício 2019	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	39.760	31.750	25,23%
1. Custeio da Gestão Administrativa	38.535	37.179	3,65%
1.1. Receitas	38.535	37.179	3,65%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	17.867	16.751	6,67%
Custeio Administrativo dos Investimentos	16.345	15.150	7,89%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	679	578	17,51%
Resultado Positivo dos Investimentos	3.597	4.700	-23,46%
Outras Receitas	46	0	0,00%
2. Despesas Administrativas	(32.181)	(29.169)	10,33%
2.1. Administração Previdencial	16.290	14.625	11,39%
Pessoal e encargos	11.564	10.282	12,46%
Treinamentos/congressos e seminários	108	91	19,18%
Viagens e estadias	27	192	-86,18%
Serviços de terceiros	1.734	1.264	37,25%
Despesas gerais	1.523	1.556	-2,08%
Depreciações e amortizações	130	97	34,84%
Tributos	1.203	1.143	5,23%
2.2. Administração dos Investimentos	15.891	14.544	9,26%
Pessoal e encargos	11.507	10.233	12,45%
Treinamentos/congressos e seminários	106	91	16,19%
Viagens e estadias	26	194	-86,37%
Serviços de terceiros	1.624	1.375	18,17%
Despesas gerais	1.293	1.411	-8,35%
Depreciações e amortizações	130	97	34,84%
Tributos	1.203	1.143	5,23%
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	0	0	0,00%
4. Reversão de Recursos para o Planos de Benefícios	0	0	0,00%
5. Resultado Negativo dos Investimentos	0	0	0,00%
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	6.354	8.010	-20,67%
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	6.354	8.010	-20,67%
8. Operações Transitórias	0	0	0,00%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5+6)	46.114	39.760	15,98%

Demonstrações Contábeis– Plano Ceres Básico

Demonstração do Ativo Líquido - DAL - Plano Ceres Básico			
R\$ Mil			
Descrição	Exercício 2020	Exercício 2019	Variação (%)
1. Ativos	27.992	26.620	5,15%
Disponível	6	1	748,86%
Recebível	84	82	1,94%
Investimentos	27.757	26.411	5,10%
Títulos Públicos	0	0	0,00%
Fundos de Investimentos	25.792	23.952	7,68%
Investimentos Imobiliários	796	811	-1,93%
Empréstimos e Financiamentos Imobiliários	1.170	1.648	-29,03%
Depósitos Judiciais / Recursais	0	0	-74,40%
2. Obrigações	72	72	0,71%
Operacional	71	70	0,90%
Contingencial	1	1	-8,92%
3. Fundos Não Previdenciais	474	426	11,32%
Fundos Administrativos	145	126	15,38%
Fundos dos Investimentos	329	300	9,61%
4. Resultados a Realizar	0	0	0,00%
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	27.446	26.122	5,07%
Provisões Matemáticas	27.114	25.849	4,90%
Superávit/Déficit Técnico	332	274	21,17%
Fundos Previdenciais	0	0	0,00%
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	332	274	21,17%
a) Equilíbrio Técnico	332	274	21,17%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	1.880	1.561	20,40%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	332	274	21,17%

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL - Plano Ceres Básico

R\$ Mil

Descri�o	Exercício 2020	Exercício 2019	Variacão (%)
A) Ativo Líquido - In�cio do Exercício	26.123	24.110	8,35%
1. Adi�es	2.717	3.338	-18,62%
(+) Contribui�es Previdenciais	246	221	11,18%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	2.470	3.116	-20,73%
(+) Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	0	0	0,00%
2. Destina�es	1.393	1.325	5,11%
(-) Benefícios	1.346	1.282	5,01%
(-) Constitui�o de Contingências - Gestão Previdencial	0	0	100,00%
(-) Custeio Administrativo	47	43	8,16%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1-2)	1.324	2.013	-34,24%
(+/-) Provisões Matemáticas	1.266	1.892	-33,09%
(+/-) Fundos Previdenciais	0	0	0,00%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	58	121	-52,12%
4. Opera�es Transitórias	0	0	0,00%
(+/-) Opera�es Transitórias	0	0	0,00%
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3+4)	27.446	26.123	5,07%
C) Fundos Não Previdenciais	474	426	11,32%
(+/-) Fundos Administrativos	145	126	15,38%
(+/-) Fundos Investimentos	329	300	9,61%

Demonstrac o das Provisões Técnicas - DPT - Plano Ceres Básico

R\$ Mil

Descri�o	Exercício 2020	Exercício 2019	Variacão (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	27.847	26.494	5,11%
1. Provisões Matemáticas	27.114	25.849	4,90%
1.1. Benefícios concedidos	15.153	15.031	0,81%
Benefício definido	15.153	15.031	0,81%
1.2. Benefício a conceder	13.507	12.391	9,00%
Benefício definido	13.300	12.163	9,34%
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	1.546	1.574	-1,79%
(-) Déficit equacionado	1.546	1.574	-1,79%
(-) Patrocinador(es)	1.546	1.574	-1,79%
2. Equilíbrio Técnico	332	274	21,17%
2.1. Resultados realizados	332	274	21,17%
(-) Déficit técnico acumulado	0	0	0,00%
3. Fundos	329	300	9,61%
3.2. Fundos dos investimentos - Gestão previdencial	329	300	9,61%
4. Exigível Operacional	71	70	0,90%
4.1. Gestão previdencial	69	69	0,71%
4.2. Investimentos - Gestão previdencial	2	2	8,60%
5. Exigível Contingencial	1	1	0,00%
5.2 Investimentos - Gestão previdencial	1	1	-8,92%

Demonstrações Contábeis– Plano Ceres-FlexCeres

Demonstração do Ativo Líquido - DAL - Plano Ceres FlexCeres			
R\$ Mil			
Descrição	Exercício 2020	Exercício 2019	Variação (%)
1. Ativos	16.891	14.862	13,65%
Disponível	8	3	193,23%
Recebível	72	21	245,60%
Investimentos	16.731	14.770	13,28%
Títulos Públicos	0	0	0,00%
Fundos de Investimentos	14.938	13.550	10,24%
Investimentos Imobiliários	0	0	0,00%
Empréstimos e Financiamentos Imobiliários	1.793	1.220	46,99%
Depósitos Judiciais / Recursais	0	0	0,00%
2. Obrigações	11	7	46,28%
Operacional	11	7	46,28%
Contingencial	0	0	0,00%
3. Fundos Não Previdenciais	127	110	15,10%
Fundos Administrativos	81	69	17,62%
Fundos dos Investimentos	46	41	10,95%
4. Resultados a Realizar	0	0	0,00%
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	16.753	14.744	13,63%
Provisões Matemáticas	16.971	14.848	14,30%
Superávit/Déficit Técnico	(275)	(104)	164,46%
Fundos Previdenciais	57	0	0,00%
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	(188)	16	-1270,63%
a) Equilíbrio Técnico	(275)	(104)	164,46%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	87	120	-27,69%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	(188)	16	-1270,63%

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL - Plano Ceres FlexCeres
R\$ Mil

Descri�o	Exercício 2020	Exercício 2019	Variacão (%)
A) Ativo Líquido - In�cio do Exercício	14.743	12.181	21,04%
1. Adi�es	2.536	3.229	-21,46%
(+) Contribui�es Previdenciais	1.347	1.405	-4,14%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.189	1.824	-34,81%
(+) Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	0	0	0,00%
2. Destina�es	527	667	-20,96%
(-) Benefícios	477	617	-22,68%
(-) Custeio Administrativo	50	50	0,41%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1-2)	2.009	2.562	-21,59%
(+/-) Provisões Matemáticas	2.123	2.812	-24,48%
(+/-) Fundos Previdenciais	57	-232	-124,35%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	-171	-17	902,58%
4. Opera�es Transitórias	0	0	0,00%
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3+4)	16.752	14.743	13,63%
C) Fundos Não Previdenciais	127	110	15,10%
(+/-) Fundos Administrativos	81	69	17,62%
(+/-) Fundos Investimentos	46	41	10,95%

Demonstrac o das Provisões Técnicas - DPT - Plano Ceres FlexCeres
R\$ Mil

Descri�o	Exercício 2020	Exercício 2019	Variacão (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	14.687	11.981	22,58%
1. Provisões Matemáticas	14.848	12.036	23,36%
1.1. Benefícios concedidos	5.314	5.102	4,15%
Benefício definido	5.314	5.102	4,15%
1.2. Benefício a conceder	11.747	9.819	19,63%
Contribui�o definida	11.747	9.819	19,63%
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)	5.463	4.591	18,99%
Saldo de contas - parcela participantes	6.283	5.228	20,19%
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	90	74	21,91%
(-) Déficit equacionado	90	74	21,91%
(-) Patrocinador(es)	39	33	21,00%
(-) Participantes	47	39	21,00%
(-) Assistidos	3	2	57,47%
2. Equ�brio Técnico	(275)	(104)	164,46%
2.1. Resultados realizados	(275)	(104)	164,46%
(-) Déficit técnico acumulado	275	104	164,46%
3. Fundos	103	41	147,34%
3.1. Fundos previdenciais	57	0	0,00%
3.2. Fundos dos investimentos - Gestão previdencial	46	41	10,95%
4. Exigível Operacional	11	7	46,28%
4.1. Gestão previdencial	11	7	47,09%
4.2. Investimentos - gestão previdencial	0,2	0,2	7,0%

ANEXO 4 – PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



Moore VR Auditores e Consultores S/S
SBS, Qd.02, Bloco Q, Salas 905 e 907
Edifício João Carlos Saad
Brasília/DF - CEP 70070-120
Tel.: 55 (61) 3223 6098

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros, Diretoria Colegiada, Patrocinadores, Participantes e Assistidos da
CERES – FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL
Brasília – DF

Opinião sem ressalvas:

Examinamos as demonstrações contábeis **CERES – FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL** (“**CERES**”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos administrados pela **CERES**) em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios, que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **CERES – FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL** e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2020, e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPIC).

Base para opinião sem ressalvas:

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **CERES**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis.

Outros assuntos:

As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, apresentados para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria, datado de 02 de março de 2020, contendo ressalva e ênfase em função do passivo do programa previdencial do plano Embrater BD junto aos demais planos básicos administrados pela **CERES**, que é proveniente do cumprimento de decisão judicial, que determinou o pagamento dos benefícios dos assistidos do plano Embrater BD com recursos dos demais planos básicos administrados pela **CERES** (proferida pelo Tribunal Regional Federal, datado de 15 de maio de 2006), todavia, considerando que os valores registrados no ativo dos demais planos estão provisionados contabilmente para perdas, que o referido passivo está reconhecido pelo plano Embrater BD e que o assunto está devidamente divulgado em notas explicativas às demonstrações contábeis, nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.



Moore VR Auditores e Consultores S/S
SBS, Qd.02, Bloco Q, Salas 905 e 907
Edifício João Carlos Saad
Brasília/DF - CEP 70070-120
Tel.: 55 (61) 3223 6098

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:

A administração da CERES é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a CERES continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a CERES ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da CERES são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da CERES.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração da CERES, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da CERES. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a CERES a não mais se manter em continuidade operacional.



Moore VR Auditores e Consultores S/S
SBS, Qd.02, Bloco Q, Salas 905 e 907
Edifício João Carlos Saad
Brasília/DF - CEP 70070-120
Tel.: 55 (61) 3223 6098

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília-DF, 19 de março de 2021.

MOORE VR AUDITORES E CONSULTORES S/S
CRC DF 002962/F
CVM 12807

RICARDO DE
ALBUQUERQUE
CAVALCANTI:9078
5444149

Assinado de forma digital por RICARDO DE ALBUQUERQUE CAVALCANTI:90785444149
DN: cn=BR, ou=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=EM BRANCO, ou=4732134000120, ou=PRESENCIAL, cn=RICARDO DE ALBUQUERQUE CAVALCANTI:90785444149
Dados: 2021.03.19 16:39:17 -03'00'

Ricardo de Albuquerque Cavalcanti
Contador CRC DF 018838/O-0
CNAI 2563

ANEXO 5 - PARECER DO CONSELHO FISCAL

IV. PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em atendimento ao artigo 65 do estatuto da Ceres e à letra "j" do item 17, às Normas Gerais, do Anexo "C" da Resolução MPS/CNPC nº 29 de 13 de abril de 2018, e ao item "i" do Inciso I, do artigo 4º da Instrução Normativa SPC nº 34 de 24/09/2009 e alterações, com base nas informações recebidas da Administração da Ceres, nas Demonstrações Contábeis e suas Notas Explicativas, nos Pareceres Atuariais e na minuta do Parecer dos Auditores Independentes, conforme Norma Brasileira de Contabilidade NBC-TA nº700 – "Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis", que encaminhará Parecer definitivo após aprovação do Conselho Deliberativo; bem como nas análises efetuadas pelos Conselheiros nas reuniões mensais do Conselho Fiscal, apresenta a seguir, o seu Parecer, incluindo fatos relevantes que ensejam a conclusão final sobre as Demonstrações Contábeis do Exercício Financeiro de 2020.

Ante o exposto no presente Relatório, chegamos as seguintes conclusões:

- a) Os Demonstrativos Contábeis compreendidos por Balanço Patrimonial, Demonstração de Mutações do Patrimônio Social (DMPS), Demonstração do Ativo Líquido (DAL), Demonstração da Mutações do Ativo Líquido (DMAL), Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) e Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT), derivada dos resultados patrimoniais e econômicos dos planos de benefícios, estão de acordo com o exigido pela legislação.
- b) As Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis de 2020, atendem às regras e procedimentos contábeis, conforme definidos nas Normas Brasileiras de Contabilidade, estando, portanto, alinhadas ao disposto no item 30, do Anexo "A", da Instrução SPC nº 34/2009, conforme evidenciado na minuta do Parecer de Auditoria Independente MOORE VR Auditores e Consultores de 10 de março de 2021.
- c) Em relação a minuta do Parecer dos Auditores Independentes, o documento não apresentou ressalva:
 - i. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **CERES – FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL** e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2020, e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

Base para opinião sem ressalva:

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à CERES, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis.

Outros assuntos:

As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, apresentados para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria, datado de 02 de março de 2020, contendo ressalva e ênfase em função do passivo do programa previdencial do plano Embrater BD junto aos demais planos básicos administrados pela CERES, que é proveniente do cumprimento de decisão judicial, que determinou o pagamento dos benefícios dos assistidos do plano Embrater BD com recursos dos demais planos básicos administrados pela CERES (proferida pelo Tribunal Regional Federal, datado de 15 de maio de 2006), todavia, considerando que os valores registrados no ativo dos demais planos estão provisionados contabilmente para perdas, que o referido passivo está reconhecido pelo plano Embrater BD e que o assunto está devidamente divulgado em notas explicativas às demonstrações contábeis, nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

- d) Quanto aos Pareceres Atuariais, emitido pela Assessoria Actuarial Vesting, assinados pelo responsável Técnico pelos planos, o Atuário Antônio Mário Rattes de Oliveira, MBA 1.162, entendemos que estes estão em conformidade com o que estabelecem a resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar nº 30, de 10 de outubro de 2018, que estabelece as bases técnicas para a estruturação de planos de benefícios e a Instrução nº 12 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, de 13 de outubro de 2014, e suas alterações, que normatiza as demonstrações atuariais dos planos de benefícios.

Diante das considerações sobre as Demonstrações Contábeis, os Pareceres Atuariais e a minuta do Parecer dos Auditores Independentes e atinentes às Notas explicativas, assim como, sobre as análises feitas nas reuniões mensais, este Conselho Fiscal **RESOLVE** indicar aprovação das Demonstrações Contábeis do Exercício Financeiro de 2020 pelo Conselho Deliberativo, levando em consideração as análises e conclusões destacadas anteriormente.

Este é o nosso Parecer.

Brasília/DF, 10 de março de 2021.

**SEBASTIAO
CARDOSO
BARBOSA:**
01199900672

Sebastião Cardoso Barbosa

Presidente do Conselho Fiscal

Representante dos Participantes e Assistidos
da EMATER - MG

**EMÍDIO
CASAGRANDE:**
23547308968

Emídio Casagrande

Membro Titular do Conselho Fiscal
Representante dos Participantes e Assistidos
da EMBRAPA

**JOSE EDEN DE
MEDEIROS:**
12994693453

José Eden de Medeiros

Membro Titular do Conselho Fiscal

Representante da Patrocinadora EMBRAPA

**ARADIA LUIZA
DOS SANTOS
COSTA:**
03756957969

Arádia Luiza dos Santos Costa

Membra Titular do Conselho Fiscal
Representante da Patrocinadora EPAGRI

ANEXO 6 - MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO COM APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



TERMO DE APROVAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo da CERES - Fundação de Seguridade Social, reunido em sua 240ª Reunião Ordinária, realizada no dia 25 de março de 2021, no desempenho de suas atribuições legais e estatutárias, analisou as Demonstrações Contábeis da Fundação, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração da Mutações do Patrimônio Social, a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa consolidada, a Demonstração do Ativo Líquido por plano de benefícios, a Demonstração da Mutações do Ativo Líquido por plano de benefícios e a Demonstração das Provisões Técnicas do plano de benefícios, complementadas pelas Notas Explicativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, e com base, ainda, no Relatório da Auditoria Independente – Moore VR Auditores e Consultores S/S, nos Pareceres do Atuário – Actuarial Assessoria e Consultoria Empresarial Ltda - Vesting, relativos a cada Plano de Benefícios e do Conselho Fiscal, aprovou, por unanimidade, as referidas demonstrações contábeis, nos termos constantes dos referidos pareceres.

Brasília, 25 de março de 2021.

GERSON SOARES
ALVES BARRETO:
03878406134

Gerson Soares Alves Barreto

URSULA MARIA LUDWIG
MORAES:52601684968

Úrsula Maria Ludwig Moraes

RAIMUNDO ALVES DE
ARAÚJO:02328780130

Raimundo Alves de Araújo

RAIMUNDO BRAGA
SOBRINHO:
07143834300

Raimundo Braga Sobrinho

JOSE MAURO
GONCALVES
DIAS:23550872615

José Mauro Gonçalves Dias

MARIA DO SOCORRO BARBOSA
GUEDES:21035229315

Maria do Socorro Barbosa Guedes

Ceres - Fundação de Seguridade Social

SHCN-CL 202 Bl. C Brasília/DF CEP 70832-535 CNPJ: 00.532.804/0001-31
Fone: (61) 2106 0200 Fax: (61) 2106 0267 E-mail: atende@ceres.org.br
Atendimento ao Participante: 0800 979 2005 Site: www.ceres.org.br

ANEXO 7 - PARECERES ATUARIAIS

O Parecer Atuarial tem por objetivo informar sobre a qualidade da base cadastral, as premissas atuariais, o custo e o plano de custeio do plano de benefícios.

Esse documento é elaborado pelo Atuário Responsável pelos planos de benefícios.

Os Pareceres de cada plano estão disponíveis a seguir.

**PARECER SOBRE A AVALIAÇÃO ATUARIAL
DO PLANO DE BENEFÍCIOS DA FUNDAÇÃO
CERES**

CERES

PLANO CERES BÁSICO

POSIÇÃO EM 31/12/2020

Comentários iniciais

O presente parecer tem por objetivo apresentar nossas considerações sobre a avaliação atuarial do Plano Ceres Básico de benefícios do quadro próprio da Ceres, administrado pela Ceres – Fundação de Seguridade Social, elaborada na data-base de 31/12/2020.

Nossa avaliação tomou por base as normas regulamentares que regem o mencionado plano, bem como a legislação previdenciária aplicável às EFPC, todos em vigor na data-base da avaliação atuarial, especialmente a Resolução CPNC nº 30/2018, que trata, dentre outros, da apuração de resultados atuariais, e a Instrução PREVIC nº 10/2018, que normatiza a referida resolução.

Método de financiamento, premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial

As premissas, hipóteses e demais parâmetros utilizados na avaliação atuarial foram definidos em conjunto com a Ceres, tendo sido mantidos o método atuarial e regimes financeiros utilizados na avaliação de 31/12/2020, conforme constam na nota técnica atuarial e nas demonstrações atuariais encaminhadas à PREVIC.

Quanto às hipóteses atuariais utilizadas na Avaliação Atuarial anual de 2020, foram definidas com base no estudo de adequação, concluindo-se pela manutenção de todas as hipóteses utilizadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2019, com exceção do fator de capacidade que passou de 0,98259103 para a 0,98548973.

O impacto atuarial decorrente da alteração acima está apresentado na seção Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis.

Qualidade da base cadastral utilizada

Os cálculos foram efetuados com base nos dados cadastrais posicionados em outubro de 2020 e em metodologia e critérios aceitos internacionalmente, cujo detalhamento encontra-se descrito em Nota Técnica Atuarial - NTA.

Nossa opinião é que o cadastro utilizado nesta reavaliação atuarial está apto a ser utilizado para o cálculo das obrigações atuariais do plano de benefícios.

Custos dos benefícios do plano e comparação com os custos do exercício anterior

O plano Ceres Básico é um plano saldado, onde não há mais acumulação de provisões matemáticas e, portanto, não há necessidade de cálculo dos custos do plano.

O plano de benefícios apresenta apenas um plano de custeio.

No caso da patrocinadora, há a obrigação de pagamento de um fluxo de Saldamento, respaldado por meio de Contrato, cuja contribuição mensal para 2021 será no mínimo de R\$ 14.557 sendo uma contribuição extraordinária R\$ 12.452 para amortizar o saldo do saldamento e uma contribuição normal de R\$ 2.105 para custear o custo administrativo.

Conforme registrado na Tabela nº 02, a seguir, no exercício de 2020 foi apurado um ganho atuarial de R\$ 108.504, onde 50%, no valor de R\$ 54.252, foi incorporado ao Contrato, seguindo o conceito da paridade, uma vez que o valor do equilíbrio técnico ajustado, referente à patrocinadora, no valor de R\$ 1.132.745 é superior ao referido 50%, dando lastro a incorporação, em observância ao artigo 30 da Instrução PREVIC Nº 10, de 30 de novembro de 2018.

Conforme registrado na Tabela nº 02, a seguir, no exercício de 2020 foi apurado um ganho atuarial de R\$ 108.504, porém foi incorporada ao Contrato o valor de R\$ 54.252 que representa 50% do ganho, de forma a seguir o conceito da paridade.

Plano de custeio para 2021

O custeio patronal será feito através de contrato de saldamento firmado entre a entidade e a patrocinadora do plano, cujo objetivo foi assegurar os recursos necessários ao pagamento dos benefícios dos assistidos. Os prazos para a amortização do contrato de saldamento foram definidos em conformidade com determinações estabelecidas pela Resolução nº 18, de 28/03/2006, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CPGC.

Na data desta reavaliação o prazo residual do contrato de saldamento era de 170 (cento e setenta). O custeio da provisão matemática a constituir é de responsabilidade da patrocinadora, estando previsto uma contribuição mensal, para o período a partir de 1º de abril de 2021 no valor linear mínimo de R\$ 12.452 de forma a manter a solvência e o equilíbrio atuarial do plano sendo suficiente para amortizar o saldo de R\$ 1.545.788, registrado em 31/12/2020.

Além das contribuições patronais, estão previstas contribuições normais dos assistidos que representam 8% dos benefícios.

O custeio administrativo do plano, responsável pela cobertura da despesa administrativa, deve ser rateado entre patrocinador, participantes e assistidos, conforme disposto no artigo 7º da Lei Complementar nº 108/2001.

Conforme citado anteriormente, a contribuição normal dos assistidos é de 8,00% sobre os benefícios, sendo 13 parcelas do custeio administrativo mensal de R\$ 793,22 referente à contribuição desse grupo, e 12 parcelas do custeio administrativo mensal patronal de R\$ 2.105,34. Além disso, o grupo de participantes tem 13 parcelas do custeio administrativo mensal de R\$ 1.150,17.

O plano de custeio entrará em vigor a partir de 1º de abril de 2021, tendo como base a Instrução PREVIC nº 20, de 16/12/2019, que estabelece que o plano de custeio da avaliação atuarial de encerramento de exercício deve entrar em vigor até o dia 1º abril do exercício seguinte ao de referência da respectiva avaliação atuarial.

Principais riscos atuariais aos quais o grupo de custeio está exposto e sugestões para mitigação

O plano Ceres Básico, por se tratar de um plano constituído na modalidade de benefício definido, está exposto aos riscos atuariais relacionados com fatores biométricos e ao risco financeiro. O monitoramento sistemático desses riscos é feito através das avaliações atuariais anuais, do acompanhamento mensal das provisões matemáticas, que são recalculadas mensalmente em bases atuariais, e da utilização de métodos de financiamento,

regimes financeiros e hipóteses atuariais consistentes e aderentes à realidade dos participantes e assistidos do plano de benefícios, colaborando na mitigação desses riscos de uma forma geral.

As hipóteses atuariais utilizadas nesta avaliação atuarial foram aprovadas pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, com manifestação favorável do Conselho Fiscal, e fundamentadas por estudo específico de acordo com o previsto na Instrução PREVIC nº 10/2018, o qual encontra-se arquivado na Fundação.

Solução para restabelecer a suficiência de cobertura do grupo de custeio

O plano apresentou, em 31/12/2020, um superávit atuarial de R\$ 331.583, ao qual se aplicam os termos determinados na Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, abaixo transcrito.

Art. 15 O resultado superavitário do plano de benefícios será destinado à constituição de reserva de contingência para garantia dos benefícios contratados, em face de eventos futuros e incertos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor:

Limite da Reserva de Contingência = [10% + (1% x duração do passivo do plano)] x Provisão Matemática.

Parágrafo único. Para os fins do disposto no caput, serão consideradas as provisões matemáticas atribuíveis aos benefícios cujo valor ou nível seja previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como àqueles que adquiriram característica de benefício definido na fase de concessão, deduzidas das respectivas provisões matemáticas a constituir.

A duração do passivo do plano foi calculada nos termos que preconiza a referida Resolução, a qual estabelece que a duração do passivo corresponde à “*média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de cada plano, líquidos de contribuições incidentes sobre esses benefícios*”. O cálculo da duração do passivo foi efetuado utilizando-se o sistema Venturo, desenvolvido e disponibilizado pela Previc. Como resultado do cálculo da duração do passivo relativa aos fluxos da avaliação atuarial posicionada em 31/12/2020 encontrou-se uma duração igual a 12,79 anos, cuja aplicação na fórmula de solvência estabelecida no art. 15, acima comentado, resulta em um Limite da Reserva de Contingência de R\$ 6.179.319.

Portanto, o superávit registrado nesta reavaliação atuarial será destinado integralmente à constituição de Reserva de Contingência.

Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis

O plano sob análise foi estruturado na modalidade de benefício definido, tendo por objetivo oferecer aos seus participantes e dependentes os benefícios previdenciários previstos em regulamento.

**TABELA Nº 01 – SITUAÇÃO ATUARIAL DO
PLANO DE BENEFÍCIOS CERES BÁSICO –
VALOR EM R\$**

Rubrica	31/12/2019	31/12/2020	Variação
Patrimônio de Cobertura do Plano	26.122.229	27.445.750	5,07%
Provisões Matemáticas	25.848.571	27.114.167	4,90%
Benefícios Concedidos	15.031.058	15.153.148	
Benefícios a Conceder	12.391.468	13.506.807	
Provisão Matemática a Constituir	-1.573.955	-1.545.788	
Resultados Realizados	273.658	331.583	21,17%
Ajuste de Precificação	1.561.222	1.879.654	20,40%
Resultado Ajustado ⁽¹⁾	1.834.880	2.211.238	20,51%

(1) Conforme estabelece a legislação em vigor, o resultado ajustado não pode ser utilizado para fins de utilização de superávit.

A rentabilidade dos investimentos do plano de benefícios, no exercício de 2020 foi de 11,02% em termos nominais. Comparando-se a rentabilidade nominal obtida com a meta mínima atuarial de 10,48%, verifica-se que a rentabilidade patrimonial líquida se situou acima da meta mínima atuarial, observando-se uma rentabilidade líquida, descontada a meta mínima atuarial, de 0,49% no período.

Como forma de auxiliar na análise das causas que contribuíram para o resultado do plano em 2020, estão apresentados a seguir as perdas e ganhos decorrentes de alteração na premissa atuarial e dos desvios entre os montantes esperados e efetivos de provisão matemática e de rentabilidades patrimoniais. A análise da tabela permite identificar a representatividade de cada perda ou ganho e sua origem. A principal causa, do ganho atuarial identificado, foi a adoção do cadastro real dos beneficiários dos aposentados para os cálculos atuariais, permitindo maior aderência à situação efetiva de cada aposentado, em especial daqueles sem beneficiários. Porém, não esgota todas as causas que contribuem para o resultado atuarial, uma vez que outros fatores não atuariais podem contribuir para a formação do resultado, como por exemplo: alterações nas regras de cálculo dos benefícios, despesas e receitas do plano no exercício, constituição e reversão de fundos e, também, outras provisões.

A análise das perdas e ganhos atuariais, na posição de 31/12/2020, teve como resultado os seguintes montantes apresentados na Tabela nº 02.

TABELA Nº 02 – PERDAS E GANHOS – 31/12/2020

Item	Atuariais						Total
	Efeitos das mudanças nas premissas atuariais				Diferença positiva ou negativa entre as premissas e o que efetivamente ocorreu		
	Taxa de juros	Fatores Biométricos	Fator de capacidade	Família Média	Rentabilidade	Fatores Biométricos	
Ganho	R\$ 0	R\$ 0	-R\$ 84.300	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 352.349	R\$ 268.050
Perda	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	-R\$ 159.546	R\$ 0	-R\$ 159.546
Total	R\$ 0	R\$ 0	-R\$ 84.300	R\$ 0	-R\$ 159.546	R\$ 352.349	R\$ 108.504

Resultado atuarial de 31/12/2020 e sua natureza

O plano de benefícios apresentou um superávit acumulado, em 31/12/2020, tendo um aumento no exercício de 2020, e na nossa opinião a natureza do superávit acumulado é estrutural. O aumento do superávit em 2020 foi devido ao ganho atuarial no ano, motivado pela adoção do cadastro real dos beneficiários dos aposentados para o cálculo da reversão em pensão.

A tabela seguinte mostra o balanço atuarial do plano de benefícios, onde se observam as contas de ativo compostas pelo patrimônio de cobertura do plano e contribuições futuras, bem como as contas de passivo, representadas pelos benefícios futuros.

TABELA Nº 03 – BALANÇO ATUARIAL –PLANO CERES BÁSICO

Ativo		Passivo	
Patrimônio de Cobertura do Plano	27.445.750	Benefícios Futuros	28.659.955
Contribuições Futuras do Saldamento	1.545.788	Benefícios Concedidos	15.153.148
		Benefícios a Conceder	13.506.807
		Resultados realizados	331.583
Total	28.991.538	Total	28.991.538

Fundos previdenciais

Na data desta reavaliação atuarial não existiam fundos previdenciais no plano sob análise.

Comentários finais

Relembramos que a avaliação atuarial se constitui num estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano previdencial, estando firmemente alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial. Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.



Este é o nosso parecer.

Av. Santos Dumont, 1789 sl. 210/211 Ed. Potenza
Aldeota – 60150-160 – Fortaleza - CE
vesting@vesting.com.br
www.vesting.com.br

Brasília – DF, 26 de fevereiro de 2021.

Assinado digitalmente por
ANTONIO MARIO
RATTES DE OLIVEIRA:
25945068349
Data: 2021-02-26 11:09:57

Antonio Mário Rattes de Oliveira
MIBA 1.162

**PARECER SOBRE A
AVALIAÇÃO ATUARIAL DO
PLANO DE BENEFÍCIOS DA
FUNDAÇÃO CERES**

CERES

POSIÇÃO EM 31/12/2020

PLANO CERES-FLEXCERES

Comentários iniciais

O presente parecer tem por objetivo apresentar nossas considerações sobre a avaliação atuarial do Plano Ceres-FlexCeres de benefícios do quadro próprio da Ceres, administrado pela Ceres – Fundação de Seguridade Social, elaborada na data-base de 31/12/2020.

Nossa avaliação tomou por base as normas regulamentares que regem o mencionado plano, bem como a legislação previdenciária aplicável às EFPC, todos em vigor na data-base da avaliação atuarial, especialmente a Resolução CPNC nº 30/2018, que trata, dentre outros, da apuração de resultados atuariais, e a Instrução PREVIC nº 10/2018, que normatiza a referida resolução.

Método de financiamento, premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial

As premissas, hipóteses e demais parâmetros utilizados na avaliação atuarial foram definidos em conjunto com a Ceres, tendo sido mantidos o método atuarial e regimes financeiros utilizados na avaliação de 31/12/2019, conforme constam na nota técnica atuarial e nas demonstrações atuariais encaminhadas à PREVIC.

Quanto as hipóteses atuariais utilizadas na Avaliação Atuarial anual de 2020, foram definidas com base no estudo de adequação, concluindo-se pela manutenção de todas as hipóteses utilizadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2019, com exceção do fator de capacidade que passou de 0,98259103 para a 0,98548973.

O impacto atuarial decorrente da alteração acima está apresentado na seção *Varição no resultado atuarial e causas mais prováveis*.

Qualidade da base cadastral utilizada

Os cálculos foram efetuados com base nos dados cadastrais posicionados em outubro de 2020 e em metodologia e critérios aceitos internacionalmente, cujo detalhamento encontra-se descrito em Nota Técnica Atuarial.

Nossa opinião é que o cadastro utilizado nesta reavaliação atuarial está apto a ser utilizado para o cálculo das obrigações atuariais do plano de benefícios.

Custos dos benefícios do plano e comparação com os custos do exercício anterior

O plano sob análise foi estruturado na modalidade de contribuição variável, tendo benefícios programados estruturados como contribuição definida e benefícios de risco estruturados na modalidade de benefício definido. Além disso, após a concessão dos benefícios as rendas são pagas de forma vitalícia e têm os seus valores reajustados pelo INPC.

No plano Ceres-FlexCeres estão os participantes do antigo plano de benefício definido e os empregados que não faziam parte desse antigo plano.

Os benefícios dos participantes migrantes foram calculados de forma a serem suplementares aos valores garantidos no Plano Ceres Básico e, caso as premissas utilizadas na avaliação inicial do plano se confirmem na prática, deverão alcançar benefícios semelhantes àqueles que tinham no plano de benefício definido.

Os custos dos benefícios de risco e o custo administrativo calculados nesta reavaliação estão apresentados na tabela nº 01.

**TABELA Nº 01 – CUSTOS EM
31/12/2020**

Tipo de Custo	Taxas Médias
Benefícios de risco	0,94%
Patrocinadora	0,47%
Participante	0,47%
Administrativo	0,52%
Patrocinadora	0,26%
Participante	0,26%
Custo Total	1,46%
Patrocinadora	0,73%
Participante	0,73%

Os custos dos benefícios de risco e administrativo do plano Ceres-FlexCeres representavam, na data desta avaliação atuarial, 1,46% dos salários-de-participação, observando-se uma redução em relação ao custo registrado na avaliação de 31/12/2019, cujo percentual foi igual a 1,68%, decorrente da redução do custo do seguro contratado pela Ceres junto ao mercado segurador e da redução do custo do benefício de auxílio-doença.

Plano de custeio para 2021

O custeio do plano é dividido entre a patrocinadora e os participantes ativos, sendo as contribuições calculadas inicialmente em função do benefício suplementar necessário para o participante atingir uma meta que, somada ao benefício do Plano Saldado, gerasse um valor igual àquele ao qual o participante faria jus no plano de benefício definido na data em que reunisse as condições de elegibilidade.

O plano de custeio para 2021 será composto conforme apresentado na tabela nº 02, sendo as taxas de contribuição aplicadas sobre os salários-de-participação. As contribuições para os benefícios programados que constam da citada tabela correspondem às médias observadas em 31/12/2020 e podem sofrer modificações ao longo do exercício em função de mudanças nas alíquotas de contribuição solicitadas pelos participantes do plano.

TABELA Nº 02 – PLANO DE CUSTEIO PARA 2021

Tipo de Custeio	Taxas Médias
Benefícios programados	10,70%
Patrocinadora	5,22%
Participante	5,48%
Benefícios de risco	1,04%
Patrocinadora	0,52%
Participante	0,52%
Custeio administrativo	0,52%
Patrocinadora	0,26%
Participante	0,26%
Custeio Total	12,26%
Patrocinadora	6,00%
Participante	6,26%

Ressaltamos que, no valor do custeio dos benefícios de risco há o acréscimo de um carregamento de segurança de 0,10%, em relação ao custo de 0,94%, devido à diferença entre a base do custo do Seguro e a base de custeio dos participantes e patrocinadora, sendo o excedente gerado por esse carregamento destinado ao Fundo de Risco, minimizando eventuais distorções financeiras anuais.

O plano de custeio prevê, ainda, contribuições dos assistidos que incidem sobre os respectivos benefícios, para custeio administrativo, cujo percentual é de 0,52%.

Além das contribuições acima, o plano de custeio é composto por contribuições adicionais, implantadas no ano de 2015 e mantidas para o ano 2021, para continuidade de amortização do déficit atuarial de 2014, conforme abaixo, o qual permanecerá vigente pelo prazo de 15,5 anos:

- a) Patrocinadora: 0,05% incidentes sobre os salários de participação;
- b) Participantes ativos: 0,06% incidentes sobre os salários de participação; e
- c) Assistidos: 0,08% incidentes sobre os benefícios.

O plano de custeio entrará em vigor a partir de 1º de abril de 2021, tendo como base a Instrução PREVIC nº 20, de 16/12/2019, que estabelece que o plano de custeio da avaliação atuarial de encerramento de exercício deve entrar em vigor até o dia 1º abril do exercício seguinte ao de referência da respectiva avaliação atuarial.

Principais riscos atuariais aos quais o grupo de custeio está exposto e sugestões para mitigação

O plano Ceres-FlexCeres, por se tratar de um plano constituído na modalidade de contribuição variável, está exposto aos riscos atuariais relacionados com fatores biométricos e ao risco financeiro, tanto durante a fase de recebimento dos benefícios quanto em relação aos benefícios de risco decorrentes de invalidez e morte durante a fase de acumulação das reservas. O monitoramento sistemático desses riscos é feito através das avaliações atuariais anuais, do acompanhamento mensal das provisões matemáticas, que são recalculadas mensalmente em bases atuariais, e da utilização de métodos de

financiamento, regimes financeiros e hipóteses atuariais consistentes e aderentes à realidade dos participantes e assistidos do plano de benefícios, colaborando na mitigação desses riscos de uma forma geral.

As hipóteses atuariais utilizadas nesta avaliação atuarial foram aprovadas pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, com manifestação favorável do Conselho Fiscal, e fundamentadas por estudo específico de acordo com o previsto na Instrução PREVIC nº 10/2018, o qual encontra-se arquivado na Fundação.

Em 2014, foi contratado seguro de vida e invalidez, junto à sociedade seguradora autorizada a operar no país, com o objetivo de prover recursos financeiros externos, via o recebimento de capitais segurados, que reforçarão os saldos de conta dos participantes em casos de ocorrência de morte ou invalidez, reduzindo os riscos do plano de benefícios inerentes a esses eventos.

Em 2015, foi aprovado novo Regulamento pela PREVIC, onde teve como principal modificação a alteração na regra de cálculo dos benefícios de risco, o que proporcionou redução no custo desses benefícios, conforme destacado anteriormente nesse parecer.

Solução para restabelecer a suficiência de cobertura do grupo de custeio

O plano apresentou, em 31/12/2020, um déficit atuarial de R\$ 274.546, ao qual se aplicam os termos determinados na Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, abaixo:

Art. 29 Observadas as informações constantes em estudo específico da situação econômico-financeira e atuarial acerca das causas do déficit técnico, deverá ser elaborado e aprovado o plano de equacionamento de déficit até o final do exercício subsequente, se o déficit for superior ao limite calculado pela seguinte fórmula: Limite de Déficit Técnico Acumulado = 1% x (duração do passivo - 4) x Provisão Matemática.

§ 1º Para os fins do disposto no caput, serão consideradas as provisões matemáticas atribuíveis aos benefícios cujo valor ou nível seja previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como àqueles que adquiriram característica de benefício definido na fase de concessão, deduzidas das respectivas provisões matemáticas a constituir.

§ 2º O plano de equacionamento deverá contemplar, ao menos, o resultado deficitário acumulado apurado ao final de cada exercício social que ultrapassar o limite de déficit, não podendo ser inferior a 1% (um por cento) das provisões matemáticas.

§ 3º Na hipótese de estarem em curso, simultaneamente, 3 (três) planos de equacionamento ou mais, e enquanto perdurar esta condição, os novos planos de equacionamento não poderão contemplar resultados inferiores a 2% (dois por cento) das provisões matemáticas.

§ 4º Remanescendo déficit a equacionar de responsabilidade do patrocinador em situações de duração do passivo igual ou inferior a quatro anos, a EFPC deverá apresentar à Previc instrumento contratual reconhecido em cartório com garantia real e em valor no mínimo equivalente ao respectivo déficit remanescente no plano de benefícios.

§ 5º A garantia de que trata o parágrafo anterior poderá ser representada por hipoteca, caução, fiança bancária ou outras garantias que resultem na cobertura total do débito contratado.

§ 6º O plano de equacionamento de déficit aprovado deverá ser disponibilizado aos participantes, assistidos e patrocinadores e à Previc

Deve-se considerar, ainda, que conforme o art. 30, da citada Resolução, o déficit atuarial deverá ser ajustado pelo valor do ajuste de precificação dos ativos do plano de benefícios, para efeito de equacionamento.

A duração do passivo do plano foi calculada nos termos que preconiza a referida Resolução, a qual estabelece que a duração do passivo corresponde à “*média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de cada plano, líquidos de contribuições incidentes sobre esses benefícios*”. O cálculo da duração do passivo foi efetuado utilizando-se o sistema Venturo, desenvolvido e disponibilizado pela Previc. Como resultado do cálculo da duração do passivo relativa aos fluxos da avaliação atuarial posicionada em 31/12/2020 encontrou-se uma duração igual a 12,94 anos, cuja aplicação na fórmula de solvência estabelecida no art. 29, acima comentado, resulta em um Limite de Déficit Técnico Acumulado de R\$ 467.067.

Considerando-se que o plano apresentou um Déficit Técnico Acumulado de R\$ 274.546 e que apurou-se um valor positivo de ajuste de precificação de R\$ 86.677 obteve-se Resultado Técnico Ajustado negativo em R\$ 187.869, indicando não haver obrigatoriedade de elaboração de plano de equacionamento.

Varição no resultado atuarial e causas mais prováveis

Conforme a tabela nº 03, as provisões matemáticas do plano Ceres-FlexCeres eram, em 31/12/2020:

TABELA Nº 03 – SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS PLANO CERES- FLEXCERES – VALORES EM R\$

Rubrica	31/12/2019	31/12/2020	Varição
Patrimônio de Cobertura do Plano	14.744.157	16.696.700	13,24%
Provisões Matemáticas	14.847.973	16.971.246	14,30%
Benefícios Concedidos	5.102.356	5.314.072	
Benefícios a Conceder – Benefícios de Risco	0	0	
Benefícios Futuros	605.179	517.162	
Contribuições Futuras	-605.179	-517.162	
Saldo de Contas dos Benefícios Programados	9.819.119	11.746.782	
Provisão Matemática a Constituir	-73.503	-89.608	
Resultados Realizados	-103.815	-274.546	164,46%
Ajuste de Precificação	119.864	86.677	-27,69%
Resultado Ajustado ⁽¹⁾	16.049	-187.869	-1.270,60%

(2) Conforme estabelece a legislação em vigor, o resultado ajustado positivo não pode ser utilizado para fins de utilização de superávit.

A rentabilidade nominal dos investimentos do plano de benefícios, no exercício de 2020, foi de 8,38%. Comparando-se a rentabilidade obtida com a meta mínima atuarial de 10,50%, verifica-se que a rentabilidade patrimonial líquida se situou abaixo da meta mínima atuarial, observando-se uma rentabilidade líquida, descontada a meta mínima atuarial, de -1,92% no período.

De uma forma geral, as provisões matemáticas aumentaram em função das alterações cadastrais observadas no período entre as duas avaliações atuariais, alteração na hipótese atuarial e pela acumulação das contas individuais da parcela de contribuição definida do plano. A provisão matemática de benefícios concedidos aumentou em função da concessão de novos benefícios no período.

Como forma de auxiliar na análise das causas que contribuíram para o resultado do plano em 2020, estão apresentados a seguir as perdas e ganhos decorrentes de alteração na premissa atuarial e dos desvios entre os montantes esperados e efetivos de provisão matemática e de rentabilidades patrimoniais. A análise da tabela permite identificar a representatividade de cada perda ou ganho e sua origem. A principal causa, da perda atuarial identificada no ano, foi o desempenho aquém do esperado da rentabilidade patrimonial, apesar da adoção do cadastro real dos beneficiários dos aposentados para os cálculos atuariais, permitindo maior aderência à situação efetiva de cada aposentado, em especial daqueles sem beneficiários. Porém, não esgota todas as causas que contribuem para o resultado atuarial, uma vez que outros fatores não atuariais podem contribuir para a formação do resultado, como por exemplo: alterações nas regras de cálculo dos benefícios, despesas e receitas do plano no exercício, constituição e reversão de fundos e, também, outras provisões.

A análise das perdas e ganhos atuariais, na posição de 31/12/2020, teve como resultado os seguintes montantes apresentados na tabela a seguir.

TABELA Nº 04 – PERDAS E GANHOS – 31/12/2020

Item	Atuariais						Total
	Efeitos das mudanças nas premissas atuariais				Diferença positiva ou negativa entre as premissas e o que efetivamente ocorreu		
	Taxa de juros	Fatores Biométricos	Fator de capacidade	Família Média	Rentabilidade	Fatores Biométricos	
Ganho	R\$ 0	R\$ 0	-R\$ 15.367	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	-R\$ 15.367
Perda	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	-R\$ 123.334	-R\$ 72.569	-R\$ 195.903
Total	R\$ 0	R\$ 0	-R\$ 15.367	R\$ 0	-R\$ 123.334	-R\$ 72.569	-R\$ 211.270

Resultado atuarial de 31/12/2020 e sua natureza

O plano de benefícios apresentou um resultado deficitário acumulado, em 31/12/2020, tendo um aumento no exercício de 2020, e na nossa opinião a natureza do resultado acumulado é estrutural. O resultado deficitário no ano de 2020 foi devido à eventos contrários que, praticamente, tenderam para o negativo, como rentabilidade aquém do esperado, ajuste na base de dados do cálculo da reversão em pensão dos aposentados, redução da meta de benefícios, dentre outros.

A tabela seguinte mostra o balanço atuarial do plano de benefícios, onde se observam as contas de ativo compostas pelo patrimônio de cobertura do plano e contribuições futuras, bem como as contas de passivo, representadas pelos benefícios futuros.

TABELA Nº 05 – BALANÇO ATUARIAL – PLANO CERES-FLEXCERES

Ativo		Passivo	
Patrimônio de Cobertura do Plano	16.696.700	Benefícios Futuros	17.578.016
Contribuições Futuras	606.770	Benefícios Concedidos	5.314.072
Risco	517.162	Benefícios a Conceder	12.263.944
Extraordinária	89.608	Programados	11.746.782
		Risco	517.162
		Resultados Realizados	-274.546
Total	17.303.470	Total	17.303.470

Fundos previdenciais

Em 31/12/2020, o plano de benefícios apresentava os seguintes saldos de fundos previdenciais.

TABELA Nº 06 – FUNDOS PREVIDENCIAIS – PLANO CERES-FLEXCERES

Discriminação	2019	2020	Varição
Fundos Previdenciais	-	56.582	100,00%
Fundo Coletivo de Desligamento	-	-	0,00%
Fundo de Riscos – Auxílios e Pecúlios	-	25.689	100,00%
Fundo de Riscos – Invalidez e Pensões	-	30.893	100,00%

Os fundos se alteraram em função do processo habitual de atualização, constituição e reversão mensal dos fundos previdenciais, ocorrido ao longo do ano de 2020, de acordo com a metodologia de manutenção desses fundos

A constituição e finalidade do Fundo Coletivo de Desligamento estão previstas no regulamento do plano de benefícios, e a constituição dos Fundos de Riscos foi feita com base em contribuições regulamentares excedentes com a finalidade de cobertura de oscilações dos benefícios de risco, porém os fundos previdenciais, de uma forma geral, têm por finalidade precípua a garantia da solvência financeira e atuarial do plano de benefícios.

Comentários finais

Reiteramos que a avaliação atuarial se constitui num estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano previdencial, estando firmemente alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial. Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

Este é o nosso parecer.

Brasília – DF, 26 de fevereiro de 2021.

Assinado digitalmente por
ANTONIO MARIO
RATTES DE OLIVEIRA:
25945068349
Data: 2021-02-26 11:09:57

Antonio Mário Rattes de Oliveira
MIBA 1.162